



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DA
FIGUEIRA DA FOZ**

**ATA N.º 4/2025
SESSÃO ORDINÁRIA
DE 30-04-2025**

“Nos termos do art.º 56.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, as atas são publicitadas na íntegra, mediante edital afixado durante 5 dos 10 dias subsequentes à sua aprovação, tendo em vista garantir a publicidade necessária à eficácia externa das decisões”.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ata nº 4 da Sessão Ordinária de 30-04-2025

LOCAL - Sala das Sessões dos Paços do Município-----

DATA -30 de abril de 2025-----

INICIO - Quinze horas e vinte minutos-----

A sessão iniciou-se com a presença de:-----

PRESIDENTE - José Duarte Pereira.....PS

1ª SECRETÁRIA - Ana Margarida Pinto da Cunha.....PS

2ª SECRETÁRIA - Júlio César da Costa Loureiro.....PS

MEMBROS - Rosa Maria da Costa ReisFAP

Célia Maria da Silva MoraesPS

David Manuel Fajardo AzenhaFAP

José Manuel Cunha CarvãoPS

Teotónio Paulo de Jesus CavacoPSD

Edgar José Pedrosa GonçalvesFAP

António José Mendes da Fonseca Marques AntunesPS

José Augusto Fernandes MateusFAP

Fausto Fernando dos Santos LoureiroPS

Isabel Cristina Guerreiro Pimentel MaiaFAP

Manuel Fernando Rascão MarquesPSD

José António Borges LigeiroFAP

António Graça LapãoFAP

Micaela Miranda DurãesFAP

Adélia Maria Ramos BatataPSD

Gonçalo Andrade de OliveiraFAP

Maria Adelaide Gaspar GonçalvesCDU

Carlos Miguel da Silva MargatoFAP

Pedro Miguel da Silva Ribeiro JorgeBE

PRESIDENTES DE JUNTAS DE FREGUESIA

(Alhadas) Jorge Manuel Bugalho da SilvaPS

(Alqueidão) Clarisse da Silva Ferreira OliveiraPS

(Bom Sucesso) Carlos das Neves BatataPS

(Buarcos e São Julião) Rosa Maria Martins Ferreira BaptistaFAP

(Ferreira-a-Nova) Susana Maria Rodrigues Oliveira MonteiroPS

(Lavos) José Coelho Henriques da SilvaPS

(Maiorca) Rui Pedro Pinto FerreiraPS

(Marinha das Ondas) José Alberto Jordão SuzanaPS



(Moinhos da Gândara) Gilberto Fajardo OliveiraPSD
(Paião) José Alberto da Silva CarvalhoFAP
(Quiaios) Ricardo Manuel Rodrigues SantosPS
(São Pedro) Jorge Aniceto Pimentel dos SantosPS
(Tavarede) Fernando António Martins LopesPS
(Vila Verde) Georgina Maria de Freitas RodriguesPS

Após verificação do quórum, deu-se início à sessão.-----

COMUNICAÇÃO DE AUSÊNCIAS

João Raul Henriques Sousa Moura Portugal, Francisco Nuno Costa de Melo Biscaia, Mafalda Reis de Azevedo, José Fernando Guedes Correia, Maria Isabel Cardoso Guardão Tavares, Victor Manuel dos Santos Madaleno, Vítor Manuel Gonçalves Alemão, Joaquim Francisco da Silva Pereira e Silvina da Silva Fonseca Anadio de Queiroz.-----

SUBSTITUIÇÕES

João Raul Henriques Sousa Moura Portugal por António José Mendes da Fonseca Marques Antunes, Francisco Nuno Costa de Melo Biscaia por Fausto Fernando dos Santos Loureiro, Vítor Manuel Gonçalves Alemão por Georgina Maria de Freitas Rodrigues, Joaquim Francisco da Silva Pereira por Carlos Miguel da Silva Margato e Silvina da Silva Fonseca Anadio de Queiroz por Maria Adelaide Gaspar Gonçalves.

FALTAS JUSTIFICADAS

Paulo Henrique Nisa Mariano.-----

A - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

1 - APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DAS ATAS DAS SESSÕES ORDINÁRIAS DE 30 DE ABRIL DE 2024

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA: "Coloco para aprovação a ata da sessão ordinária de 30 de abril de 2024."-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista, José Fernando Correia, Isabel Guardão Tavares, Mafalda Reis Azevedo e Victor Santos Madaleno, e do Grupo de Cidadãos Eleitores Figueira A Primeira, Paulo Nisa Mariano, deliberou, por maioria, com trinta e um votos a favor dos membros do Partido Socialista, Grupo de Cidadãos Eleitores Figueira a Primeira, Partido Social Democrata e Bloco de Esquerda, seis abstenções dos membros do Partido Socialista, Fausto Santos Loureiro, Susana Oliveira Monteiro e Georgina Freiras Rodrigues, do Grupo de Cidadãos Eleitores Figueira a Primeira, Isabel Guerreiro Maia, e da Coligação Democrática Unitária, Maria Adelaide Gonçalves, por não terem estado presentes na mesma, e sem votos contra, aprovar a ata da sessão ordinária de 30



de abril de 2024.-----

Deliberação aprovada em minuta.-----

MARIA ADELAIDE GONÇALVES fez a seguinte Declaração de Voto: "A minha abstenção decorre de não ter estado presente nessa sessão."-----

SUSANA OLIVEIRA MONTEIRO fez a seguinte Declaração de Voto: "Eu também não estive presente nessa Assembleia, tendo sido substituída pelo Secretário do Executivo da Junta de Freguesia."-----

2.1 - LEITURA DO EXPEDIENTE E PRESTAÇÃO DE ESCLARECIMENTOS

O **SEGUNDO SECRETÁRIO** deu nota de todo o expediente e correspondência recebida, designadamente:-----

- Convites de algumas coletividades para aniversários e eventos por elas promovidos, onde a Assembleia Municipal se fez representar

- Convites do Presidente da Câmara para o (a):-----

- Inauguração da exposição «Os Frutos da Liberdade - Obra Gráfica de Vieira da Silva nos anos 50 do 25 de abril de 1974»-----

- Inauguração do Centro de Investigação de Correntes Marítimas, Movimento de Areias e Alterações Climáticas-----

- Inauguração das Obras de Requalificação do Pátio de Santo António, e uma cerimónia simbólica de apresentação do «Cruzeiro da Figueira da Foz», após obras de reabilitação-----

- Sessão Solene Evocativa do 160.º Aniversário dos Bombeiros Sapadores da Figueira da Foz-----

- Cerimónia de entrega de diplomas de mérito desportivo, referentes à época 2023/2024-----

- Assinatura de um contrato entre o Município e a Atthis Senior Care, visando a criação de uma Unidade de Cuidados Diferenciados-----

- Inauguração do Topónimo «Praceta Actor Santos Manuel»-----

- Apresentação da edição de 2025 do Troféu Região de Coimbra - Aldeias do Xisto-

- Apresentação e assinatura do protocolo de colaboração, para a constituição do HUB Costa Atlântica da Região de Coimbra, com o objetivo de promover a valorização da economia azul-----

- Inauguração da nova Sede da Junta de Freguesia de Maiorca-----

- Abertura da Piscina Municipal no Edifício Portugal-----

Convites de:-----

- Delegação da Figueira da Foz da Cruz Vermelha Portuguesa para o seu 110.º



Aniversário-----

- Comando Distrital de Coimbra da Polícia de Segurança Pública para as comemorações do seu 147.º aniversário-----
- INTUR 2025 para a 28.ª Feira Internacional do Turismo de Interior em Valladolid-----
- Guarda Nacional Republicana para a Cerimónia Militar do Compromisso de Honra do 56.º Curso de Formação de Guardas-----
- Conselho de Administração da Unidade Local de Saúde do Baixo Mondego, para a apresentação do Projeto de ampliação do Serviço de Urgência, Consulta Externa e Ambulatório Cirúrgico do Hospital Distrital da Figueira da Foz-----
- Magenta para a inauguração da exposição «Olhares no Feminino» de Irina Titova e Yolanda Sousa-----
- Associação da Amizade e das Artes Galego Portuguesa para as comemorações do Dia Internacional da Mulher-----
- Freguesia de Marinha das Ondas para o seu 97.º Aniversário-----
- Odezanovedejunho - Associação de Ideias para a sua apresentação como associação-----
- Freguesia de Alqueidão - para as comemorações do seu 97.º aniversário-----
- Ordem dos Engenheiros Técnicos para a tomada de posse dos Órgãos Estatutários da Região Centro-----
- Conceição Ruivo para a apresentação do seu livro «O Fim da meada»-----
- Freguesia de Ferreira-a-Nova para a comemoração do Dia da Freguesia-----
- Freguesia de São Pedro para as Festas de São Pedro-----
- Solário Dreams Estética para a inauguração da 1.ª Casa com Solário na Figueira da Foz-----
- Freguesia de Ferreira-a-Nova para a comemoração do Dia da Freguesia-----
- Magenta para a inauguração da Exposição coletiva da Primavera-----
- Associação Musical União Filarmónica Maiorquense para o Concerto de término de «Um dia com Carlos Marques» (compositor português)-----
- Freguesia de Bom Sucesso para o Mercadito da Páscoa 2025-----
- Conservatório de Música David de Sousa para os espetáculos «The Greatest Showman» e «Os Clássicos: do Renascimento ao Período Romântico»-----
- Freguesia de Buarcos e São Julião para o Mercadito da Páscoa-----
- Freguesia de Buarcos e São Julião para a abertura, após obras de requalificação, do Lavadouro de Buarcos-----
- Freguesia de Buarcos e São Julião para o II Mercado do Duque - Na Rota das Invasões Francesas-----



- Sociedade de Instrução e Recreio de Lares para o Concerto da Páscoa-----
- União das Freguesias de São Miguel, Santa Eufémia e Rabaçal para o XIV Mercado do Queijo Rabaçal e dos Romanos-----
- Grupo Coral David de Sousa para o Concerto de Páscoa.-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

2.2 - INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA: "Dado que os cidadãos inscritos para intervir neste Período de Antes da Ordem do Dia não estão presentes na sala, passaremos de imediato aos assuntos gerais de interesse do Município."-----

3 - ASSUNTOS GERAIS DE INTERESSE DO MUNICÍPIO

A - FREGUESIA DE MAIORCA - 51 ANOS DE ABRIL - SERVIÇO NACIONAL DE SAÚDE

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal José Cunha Carvão.-

JOSÉ CUNHA CARVÃO: "Estamos a comemorar 51 anos da Revolução de Abril e uma das maiores conquistas do novo regime foi, sem dúvida, a implementação do Serviço Nacional de Saúde, fundado na altura por António Arnault.-----

A minha Freguesia já está, há mais de um ano, sem postos e sem serviços de saúde primários.-----

Sei que a Câmara Municipal se tem empenhado para que este problema seja resolvido. Pergunto ao Executivo: qual o ponto de situação da reabilitação das antigas instalações do Posto de Saúde de Maiorca, que funcionava na Casa do Povo de Maiorca?-----

A população interroga-me a mim muitas vezes sobre este assunto, porque é um assunto que eu nunca deixei cair, Maiorca sempre teve serviços de saúde e eu não posso admitir que agora assim não seja.-----

Na altura do Governo do Partido Socialista, reclamei imenso, e a população exige que Maiorca volte a ter serviços de saúde, porque sempre os tivemos.-----

Não é nada contra o Centro de Saúde das Alhadas, mas nós gostávamos de voltar a ter serviços de saúde em Maiorca, porque a nossa população, infelizmente, está a aumentar outra vez."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à Vereadora Olga Pedrosa Brás, com a prévia anuência do Presidente da Câmara.-----

VEREADORA OLGA PEDROSA BRÁS: "Respondendo ao deputado municipal José Cunha Carvão, informo que a empreitada do Centro de Saúde de Maiorca vai ser submetida na reunião de Câmara de 23 de maio, para a reabilitação do Polo de Maiorca. Tem um valor estimado de cerca de 300.000,00 €."-----



A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

B - HABITAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL - INVESTIMENTO DE 38 MILHÕES DE EUROS

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada municipal Rosa Costa Reis.----

ROSA COSTA REIS: "Hoje venho saudar, em nome do Grupo de Cidadãos Eleitores Figueira a Primeira, um investimento em curso de 38 milhões de euros na habitação pública municipal, que contempla a construção e a reabilitação de 170 fogos, um dos maiores investimentos do género no Concelho em décadas.-----

A habitação é, hoje, um dos maiores desafios sociais que enfrentamos, seja no acesso dos mais jovens à sua primeira casa, seja no apoio às famílias com rendimentos mais baixos ou ainda na dignidade que devemos garantir aos nossos idosos.-----

Esta aposta responde a todos esses públicos, e fá-lo com uma visão integrada e territorialmente equilibrada.-----

Destaco dois projetos estruturantes: a reconversão do antigo Hotel Hispânia, no Bairro Novo, para fins habitacionais, com a criação de 38 fogos em pleno coração urbano; e a intervenção profunda no Bairro Padre Américo, com 25 milhões de euros investidos na melhoria das condições de vida de centenas de moradores.-----

O Grupo de Cidadãos Eleitores Figueira a Primeira não pode deixar de reconhecer a importância desta ação municipal, integrada no Plano de Recuperação e Resiliência, e saudar o facto de a autarquia estar a assumir as suas responsabilidades sociais com ambição e visão de futuro.-----

Mas queremos também deixar um alerta: este investimento só será verdadeiramente transformador se vier acompanhado de critérios de justiça na atribuição das habitações, de acompanhamento social eficaz e de políticas públicas que integrem educação, segurança e coesão social.-----

Não basta construir casas - é preciso construir comunidade!-----

A Figueira tem hoje uma oportunidade de ouro para afirmar a sua responsabilidade social e o seu compromisso com a dignidade da habitação.-----

Contem connosco para fiscalizar, para propor e para garantir que este caminho não se perde, e agradecer naturalmente ao empenho da Vereadora Olga Pedrosa Brás e à visão social do Dr. Pedro Santa Lopes.

A Figueira está em boas mãos!"-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Pedro Miguel Jorge.

PEDRO MIGUEL JORGE: "Irei abordar o tema da habitação e o seu impacto no Concelho.

O Presidente da Câmara referiu, e cito um artigo do Observador do dia 13 de



dezembro de 2023, elaborado a propósito da assinatura do Protocolo de Transferência da Titularidade dos Edifícios Militares Devolutos na Cidade, «que estimava construir 215 fogos no atual mandato, que termina em outubro».-----

Lendo o resto da peça jornalística, são referidos perto de 80 fogos em construção, distribuídos entre a Urbanização da Matiôa, a Várzea e a Rua dos Combatentes.---

Reconhecendo que o essencial foi feito, que foi iniciar um processo de devolução à Cidade e ao Concelho de uma série de casas para habitação a custos controlados, política que apoio, como compara este número com o anúncio feito na altura?-----

A que se deve esta disparidade entre os 80 e os 215 fogos, segundo esta notícia."

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à Vereadora Olga Pedrosa Brás, com a prévia anuência do Presidente da Câmara.-----

VEREADORA OLGA PEDROSA BRÁS: "A atribuição de habitações está a ser desenhada conjuntamente com o Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, e ainda não foi negociado esse tipo de atribuição.-----

Deve ser muito próximo daquilo que tem sido feito com as casas que são propriedade daquele Instituto, tal como aconteceu no Bairro da Matiôa.-----

Existe uma plataforma onde as pessoas se candidatam com os respetivos documentos e depois é feita uma análise e a consequente atribuição.-----

Relativamente à questão do deputado municipal Pedro Miguel Jorge, citando um artigo do Observador do dia 13 de dezembro de 2023, em que o Presidente da Câmara Municipal referiu que estimava construir 215 fogos no atual mandato, que termina em outubro, efetivamente, não estão 215 fogos em curso, mas quase.-----

Só ali na zona dos prédios militares são 60 fogos, 22 no Hotel Hispânia, 11 na Rua dos Bombeiros Voluntários, 13 na Rua 10 de Agosto, 5 na Rua José da Silva Fonseca, 12 na Rua dos Combatentes, 10 na Rua da República, 14 no terreno da Várzea e quase mais de meia centena vão ser lançados a concurso.-----

Portanto, faça estas contas e veja que o Presidente da Câmara não estava, efetivamente, muito longe daquilo que falou a 13 de dezembro de 2023.-----

De ressaltar que houve um atraso que ninguém queria! Nós estamos a 43 meses de exercício de funções deste mandato e já vamos para a terceira Eleição Legislativa, com todo o atraso que estas obras têm no decurso, depois, das lógicas de transferência na cadeira do poder e que também atrasa aqui ao nível local.-----

E dar nota ainda que além da quase centena e meia já em curso, mais 173 fogos estão a ser reabilitados no âmbito do 1.º Direito. Portanto, são cerca de quatro centenas de fogos em reabilitação, neste momento."-----



A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

C - IMPLANTAÇÃO DE LUMINÁRIAS NA AVENIDA DR. MANUEL GASPAR DE LEMOS

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Manuel Rascão Marques.

MANUEL RASCÃO MARQUES: "Foi aprovada a instalação de novas luminárias, um grande esforço financeiro do Município, com vista à poupança de energia e consequente redução de custos.-----

Neste momento, começa-se a ver a implantação de novos candeeiros com consequente custo, por exemplo, na Avenida Dr. Manuel Gaspar de Lemos, segundo dizem, porque os moradores se queixaram de falta de iluminação.-----

O que é que se passa? Não é possível colocar lâmpadas mais potentes ou brancas nos postos já existentes de forma a dar a maior iluminação? Poupa-se para depois se gastar mais?"-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Vereador Ricardo Pedrosa Silva, com a prévia anuência do Presidente da Câmara.-----

VEREADOR RICARDO PEDROSA SILVA: "Quando foi feita a transição do vapor de sódio para LED, o ângulo de iluminação do anterior tipo de iluminação, por exemplo, atingia o outro lado da bancada.-----

Este tipo de luminária só atinge até o início daquela secretária.-----

E houve, quando foi implementado, essa falta de iluminação na zona do passeio da Av.ª Manuel Gaspar de Lemos do lado dos prédios. Como ficou sem iluminação, optou-se por colocar luz naqueles passeios.-----

Como aquela avenida é muito larga, não consegue iluminar o outro lado da rua. Por isso tomou-se essa opção, porque os moradores queixam-se que não têm luz."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Manuel Rascão Marques.

MANUEL RASCÃO MARQUES: "Mas, então, vamos ter colocação de novos postes de eletricidade pelo Concelho todo, não é?-----

Porque esse problema que fala e é verdade, verifica-se pelo Concelho todo, não é?"

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Vereador Ricardo Pedrosa Silva, com a prévia anuência do Presidente da Câmara.-----

VEREADOR RICARDO PEDROSA SILVA: "Deputado municipal, Manuel Rascão Marques, traga os sítios onde não têm luz e depois são todos analisados e pode ser dada uma resposta sobre tal.-----

Agora, vir cá falar empiricamente que é no sítio A, B, C ou D..."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Manuel Rascão Marques.



MANUEL RASCÃO MARQUES: "Não haveria outra solução, em termos de alteração? É que a luz, é uma luz fria, penso eu que estarei a dizer bem.-----
Não é possível pôr uma luz branca, de forma a dar mais iluminação? Isso foi estudado? Isso foi pensado? São perguntas simples que merecem resposta.-----
Agora, dizer-me que é todo o Concelho que está com aquela luminária... O senhor, se for ao início da Rua Joaquim de Carvalho, olha para baixo e vê uma escuridão quando está a luz acesa.-----
Portanto, obviamente que trarei aqui as ruas que estão mal iluminadas."-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

D - BAIRRO DA VILA MOTA

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Manuel Rascão Marques.

MANUEL RASCÃO MARQUES: "O Bairro da Vila Mota, na saída da Figueira da Foz para Montemor-o-Velho, vai continuar no estado de abandono em que se encontra?-----
Com a falta de habitação não poderia ser uma solução?-----
A sua compra ou a obrigação do proprietário de tornar os imóveis habitáveis, ou no mínimo pintá-los por fora, dando-lhes uma imagem condizente com o conceito turístico da Figueira da Foz, já foi equacionada?-----
Por falar em turismo, será que nos podem explicar a notícia de que o Turismo de Portugal deve um milhão de euros ao Município?!!!"-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada municipal Susana Oliveira Monteiro.-----

SUSANA OLIVEIRA MONTEIRO: "Não estava para falar sobre isto, mas pegando nas intervenções que foram feitas pelos colegas acerca da habitação a custos controlados e do reparo na possibilidade de aquisição, recuperação ou pintura do Bairro da Vila Mota, seria de facto interessante que o Município comesse a olhar para as nossas Freguesias também como possíveis locais para este tipo de iniciativas.-----

Isso iria de facto dar algum rejuvenescimento às nossas Freguesias, dado que se não for feito, corremos o risco de os nossos jovens virem todos para a sede do Município e continuar a haver o abandono das freguesias mais rurais e mais distantes da sede do Concelho."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à Vereadora Olga Pedrosa Brás, com a prévia anuência do Presidente da Câmara.-----

VEREADORA OLGA PEDROSA BRÁS: "Relativamente à Vila Mota, não sei se a Vice-Presidente quer falar, mas eu já recebi aqui, em sede de reunião de Câmara, com o



Eng.º João Martins os proprietários da Vila Mota, porque a Vila Mota é uma entidade privada.-----

Eles próprios estão a desenhar um projeto de reabilitação para aquele espaço, quer para habitação ou, também, a custos controlados para arrendamento acessível e, portanto, estão a trabalhar para reabilitar toda aquela zona.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à Vereadora Anabela Marques Tabaço, com a prévia anuência do Presidente da Câmara.-----

VEREADORA ANABELA MARQUES TABAÇO: “De facto, o Turismo de Portugal tem um valor em dívida próximo do que o Presidente da Câmara transmitiu. Este valor, para fazer aqui um pequeno enquadramento, tem a ver com a Portaria, ou seja, a verba que foi consignada aquando da Concessão no ano de 2000.-----

E soubemos, mais ou menos há um ano, que haveria um remanescente de cerca de 1.000.000,00 € ainda disponível.-----

E, por isso, nós temos alguns projetos candidatados. Dois ou três foram pagos, mas há aqui alguns que ainda não foram.-----

Portanto, na reunião que decorreu em novembro, com o Secretário de Estado e com o Presidente do Turismo de Portugal, na qual eu estive presente com o Presidente de Câmara, ficou tudo acordado e estava tudo em condições de avançar.-----

Posteriormente, os pagamentos não foram efetuados e eu voltei a ter uma reunião com o Presidente do Turismo de Portugal, o Dr. Carlos Abade, e reuni com ele no início deste ano. Dessa reunião estava tudo em condições e pronto para ser pago na semana seguinte, o que depois não veio a acontecer.-----

E houve aqui situações de alguns processos que estavam numa situação de concluídos e com os pagamentos emitidos e, depois, vieram-nos dizer que, afinal, faltavam esclarecer algumas questões. Uma que eu me recordo e não consigo perceber, tem a ver com o caso do Rally de Portugal, porque a candidatura entrou a seguir à execução da colocação e a fatura foi emitida cinco dias depois.-----

De facto, foi-nos transmitido que estava tudo certo, mas são pormenores técnicos que levantaram essas questões.-----

Tanto quanto sabemos, neste momento, acho que estão em condições de fazer os pagamentos e estamos a aguardar as transferências.-----

Em relação à Vila Mota, a nível de licenciamento do Urbanismo, o projeto de arquitetura entrou em novembro de 2024.-----

Tivemos de pedir alguns elementos adicionais que, entretanto, eu verifiquei que já foram entregues, e também alguns pareceres de entidades que ainda não



responderam.-----

Estamos a aguardar que nos enviem esses pareceres para depois passarmos à fase seguinte."-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

E - PRÉMIO MUNICIPAL DE ARQUITETURA ARQ.º ISAÍAS CARDOSO

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Manuel Rascão Marques.

MANUEL RASCÃO MARQUES: "O Município promoveu em 2024 o Prémio Municipal de Arquitetura Arq.º Isaías Cardoso.-----

Nos termos das normas para atribuição do prémio, até ao último dia de fevereiro de 2024, os candidatos deveriam formular as candidaturas. Na primeira quinzena do mês de março de 2024 fazia-se uma breve análise das propostas. Até ao último dia de julho de 2024, o júri avaliaria e classificaria as obras selecionadas.-----

Assim, houve candidaturas. Por que razão os candidatos nada sabem até hoje, final de abril de 2025? Não merecem ser informados? Ou este prémio foi anulado? Se sim, porquê?"-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à Vereadora Anabela Marques Tabaçó, com a prévia anuência do Presidente da Câmara.-----

VEREADORA ANABELA MARQUES TABAÇÓ: "Quanto ao Prémio Municipal de Arquitetura Arq.º Isaías Cardoso dou nota de que apenas houve um concorrente que apresentou um projeto novo. Não houve mais ninguém a concorrer.-----

O projeto foi apresentado pelo Arq.º Bártolo e tem a ver com a Estrutura Residencial para Pessoas Idosas, onde temos agora as camas de cuidados diferenciados.-----

Entretanto, no final do ano, fez-se uma visita ao local, na qual eu não tive possibilidade de ir, mas os restantes membros do júri deslocaram-se lá.-----

Não houve desistência nenhuma da atribuição do Prémio, mas ainda estamos a analisar porque, de facto, haver só um concorrente não nos dá hipótese de comparabilidade. A situação ideal, era termos tido mais concorrentes. Mas pronto, também não foi de todo anulado. Estamos a analisar essa situação."-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

F - PROPAGANDA ELEITORAL

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Manuel Rascão Marques.

MANUEL RASCÃO MARQUES: "Sugeria ao Município que, após as eleições, fosse proibida a instalação de outdoors em toda a Marginal.-----

Neste momento só há um, que é na Rotunda dos Pescadores, e parece-me que aquilo é um atentado à imagem daquele espaço.-----



Pelo que, a exemplo de outros municípios em Portugal, sugiro que o Município da Figueira da Foz implemente essa medida, pelo menos fora dos tempos de campanha eleitoral, para que não tivéssemos aquela imagem que, em minha opinião, só estraga e não embeleza rigorosamente nada.”-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

G - ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS E O SEU IMPACTO NO CONCELHO DA FIGUEIRA DA FOZ

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Pedro Miguel Jorge.

PEDRO MIGUEL JORGE: “A presente questão é relativa ao que se passa neste momento na margem Sul do Concelho, que é fruto, no fundo, de políticas de desleixo por questões ambientais e falta de cuidado na planificação e construção do que deve ser a orla marítima.”-----

E aqui, como é óbvio, não me estou a referir a nenhum executivo em particular. Não compete aos executivos, e sim à governação do país em geral ao longo das últimas décadas.”-----

É que neste momento as populações estão aflitas com o que aconteceu nas últimas semanas e pouco lhes interessa este jogo de passa-culpas.”-----

Sei que o Presidente da Câmara Municipal tem estado em contacto com as autoridades competentes e que já promoveu mesmo discussões públicas sobre este problema.”-----

A minha questão tem apenas a ver com a aplicação eficaz do disposto no Plano Municipal de Ação Climática, aprovado nesta mesma Assembleia em fevereiro do ano passado, nomeadamente com o disposto no ponto quatro do documento, que diz respeito à monitorização e acompanhamento das ações climáticas.”-----

Interessa que estes documentos não sejam letra morta, apenas para cumprir disposições legais, e sim referências ativas para a atuação direta que combata os problemas levantados pelas alterações climáticas.”-----

A este nível, está este Executivo atento ao cumprimento deste Plano?”-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

H - AUDITORIA À EVOLUÇÃO DA DÍVIDA

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Pedro Miguel Jorge.

PEDRO MIGUEL JORGE: “No seguimento de perguntas em assembleias anteriores, até de outros grupos municipais, gostaria de saber em que ponto está a disponibilização a esta Assembleia Municipal da auditoria à evolução da dívida, que o Presidente da Câmara referiu, em agosto à comunicação social, já ter sido entregue.”-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

I - NOVA SEDE DA JUNTA DE FREGUESIA DE MAIORCA



PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Rui Pinto Ferreira.

RUI PINTO FERREIRA: "A Junta de Freguesia de Maiorca tem hoje um espaço mais acessível, disponível, totalmente requalificado e integrado no edificado do Paço de Maiorca. Hoje temos uma sede mais digna, mais funcional, mais social.----- Assim, enquanto Presidente da Junta de Freguesia de Maiorca, agradeço perante todos ao Executivo Municipal, na pessoa do seu Presidente, Dr. Pedro Santana Lopes, o investimento efetuado na busca de melhores condições e qualidade de vida para todos os Maiorquenses."-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

J - ASSEMBLEIA INTERMUNICIPAL DA COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DA REGIÃO DE COIMBRA -

RELATÓRIO DA REPRESENTANTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, ISABEL GUERREIRO MAIA

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada municipal Isabel Guerreiro Maia.

ISABEL GUERREIRO MAIA: "Sendo eu um dos elementos designados por esta Assembleia Municipal para a representar na Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra, e dado que a última sessão ordinária desta entidade se realizou no dia 23 de abril último, entendi dever prestar de alguma forma contas a esta Assembleia e estar, naturalmente, ao vosso dispor para qualquer questão que queiram colocar sobre este mesmo mandato que agora termina.-----

De forma muito sumária, a atividade no decurso do presente mandato, que em breve, como disse, vai terminar, resultou apenas de sete reuniões ordinárias onde os representantes dos dois grupos municipais, Partido Socialista e Figueira a Primeira, estiveram, em regra geral, alinhados nas suas votações nesta Assembleia Intermunicipal.-----

Como sabemos, são poucas as sessões ordinárias deste órgão, destacando-se como pontos essenciais, praticamente, a aprovação de orçamentos, a aprovação da prestação de contas, portanto, dos seus documentos de demonstrações financeiras e alguns outros documentos que, antecipadamente, são amplamente discutidos pelos dezanove municípios ou seus representantes, antes de serem apresentados à Assembleia Intermunicipal para, praticamente, ratificação.-----

Sabemos, ainda, que a Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra articula os serviços de administração central com este conjunto de dezanove municípios de que a Figueira da Foz faz parte.-----

Resumidamente, também, o que representa de assuntos a tratar são redes de abastecimento público, infraestruturas, saneamento básico, tratamento de águas residuais, resíduos urbanos, rede educativa e formação profissional, ordenamento



do território e ambiente, recursos naturais, segurança, proteção civil, mobilidade e transportes, rede de equipamentos públicos, promoção de desenvolvimento económico, rede de equipamentos culturais, desportivos, de lazer e pouco mais.-- Reconhecendo, no entanto, a importância de uma entidade que articula, a nível municipal, a persecução de interesse público, deixamos aqui, de qualquer forma, uma pequena nota a respeito da dificuldade que sentimos, decorrente, talvez, da sua própria natureza e até da constituição deste órgão, ou seja, de atingir, em tempo útil, decisões relevantes para as populações dos territórios dos dezanove municípios que a compõem.-----

Por exemplo, não indo a pormenores nem detalhes, porque todos eles são conhecidos por qualquer um de nós, no que diz respeito ao sistema de transportes, reconhecemos que, no final do mandato, apesar de, ainda em teste, termos um conjunto de sistemas já a ser implementados, baseados em tecnologias de informação, onde a autoridade dos transportes e os meios de gestão integrada dos serviços de mobilidade de transportes públicos, coletivos, partilhados e, a pedido, possam ser monitorizados e até coordenados com a otimização de recursos.-----

E, deste modo, destaco, por exemplo, a adoção de um bilhete único que podemos começar a adotar nestes dezanove municípios.-----

E também, não deixando de notar as vantagens dos reflexos de tudo isto para a sustentabilidade ambiental e regional, lamentamos, no entanto, a lentidão com que todo o processo, no caso da Figueira da Foz, se refletiu, concretamente nos transportes urbanos da Figueira da Foz, como bem sabemos, e que este Executivo teve bastantes dificuldades e, praticamente, chegámos ao final do mandato sem qualquer reflexo de implementação por parte da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra, havendo necessidade de uma execução direta por parte do Executivo da Figueira da Foz.-----

Relativamente, por exemplo, à Central de Compras, nós também chegámos a alguma conclusão e deixamos uma nota para refletirmos.-----

Reconhecemos que, de facto, traduz alguma otimização de recursos e, naturalmente, isso é benéfico para os dezanove municípios. No entanto, há estudos académicos que refletem, sem dúvida, alguma desaceleração das economias locais pela maneira que está a ser feito.-----

Mas fica para reflexão.-----

Infelizmente, o nosso grupo municipal também aguarda algumas respostas que foram feitas diretamente à mesa da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra,



concretamente ao seu Executivo.-----
Foi-nos prometida a entrega de alguns documentos e algumas respostas respeitantes ao ensino superior, concretamente à possível perda de uma instituição de ensino superior, o Instituto Miguel Torga, e, como já me estão a fazer sinal que, de facto, estou a ocupar muito tempo, não me alongo mais.-----
Apenas recomendava que, no futuro, e isto para nós todos, os elementos que assumissem a representação desta Assembleia na Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra o fizessem com responsabilidade e com o compromisso de fazerem parte efetiva deste órgão durante todo o mandato e que não se esquecessem que estão a representar a Assembleia Municipal da Figueira da Foz.-----
É lamentável que, praticamente, nas sete reuniões, a assiduidade quanto à Figueira da Foz deixe muito a desejar e, por exemplo, na última sessão, não estava ninguém do Partido Socialista.-----
Está bem que nós estamos todos em conjunto a representar o Município da Figueira da Foz, no entanto, quando demos conta, estávamos apenas os representantes do grupo municipal da Figueira a Primeira. Nenhum elemento do Partido Socialista que assumiu o compromisso de representar esta Assembleia estava presente.-----
E, portanto, de alguma forma, eu acho que é para refletir, é para notar, rapidamente chegamos a setembro e, quando elegerem os novos representantes, peçam, por favor, às pessoas que assumam com responsabilidade estes cargos.”-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

K - POSTO DE SAÚDE DE SANTANA

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada municipal Susana Oliveira Monteiro.-----

SUSANA OLIVEIRA MONTEIRO: “Hoje trago aqui a questão do Posto de Saúde de Santana. São várias as deliberações tomadas nesta Assembleia para a requalificação e a construção de novas Unidades de Saúde, mas até agora, e após quase quatro anos de governação, nós ainda não sabemos o que é que vai ser feito no Posto de Saúde de Santana.-----

Já foram feitas várias visitas ao local, foram feitos alguns melhoramentos, ainda assim, as condições de trabalho dos profissionais de saúde que estão naquele local deixam muito a desejar e as condições de utilização para os utentes daquela unidade também não são as melhores.-----

De vez em quando vão-nos sendo pedidos alguns melhoramentos a nós, Junta de



Freguesia, que fazemos com a melhor das boas-vontades. Mesmo sabendo que não é uma competência nossa, achamos que todos juntos podemos, de facto, contribuir para o melhoramento daquele local.-----

Ainda assim, não ficava bem com a minha consciência votando os pontos que estarão na Ordem do Dia, que têm toda a legitimidade, é claro (e que não é a Junta de Freguesia de Ferreira-a-Nova que irá votar contra), só porque não são feitas obras nos nossos postos de saúde.-----

Mas, sendo três Unidades de Saúde, São Julião, Tavarede e Buarcos, aqui numa distância de sensivelmente dois quilómetros entre si, na minha Freguesia convém salientar que as pessoas que vivem na localidade de Coentros ficam sensivelmente a sete quilómetros de Santana e a quinze quilómetros de Alhadas, sendo que muitas das vezes são mandados tipo ping-pong para Santana, depois não é em Santana, é nas Alhadas, depois não é nas Alhadas, é em Santana, e as pessoas continuam a ter este tipo de atendimento ainda hoje. Quando têm, quando não chegam aos locais e, pura e simplesmente, não têm atendimento mesmo.-----

Convém salientar que a Freguesia de Ferreira-a-Nova é uma freguesia com uma população envelhecida, os transportes são o que são, muitas das vezes não há táxis e não há Ubers para os fazer deslocar entre estes locais de prestação de cuidados de saúde primários.-----

Esta não é uma preocupação nossa de agora, já no anterior mandato nós fazíamos referência a isso, portanto não é uma questão partidária, é mesmo uma questão de direitos de cuidados primários de saúde."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à Vereadora Olga Pedrosa Brás, com a prévia anuência do Presidente da Câmara.-----

VEREADORA OLGA PEDROSA BRÁS: "Deputada Municipal, Susana Oliveira Monteiro, eu quero lembrar-lhe uma coisa.-----

Em 2014, numa outra sessão da Assembleia Municipal, a senhora já era Presidente de Junta de Freguesia e, por inerência, membro deste órgão, para a construção do Centro de Saúde de Alhadas foi feita uma candidatura à Administração Regional de Saúde do Centro com o compromisso de fechar o polo de Santana.-----

Isso está escrito e eu posso partilhar consigo e com quem quiser.-----

Peço desculpa, mas nós temos de ser transparentes! O encerramento do Polo de Santana, do Polo de Bom Sucesso e do Polo de Maiorca, foi um legado que o Partido Socialista deixou, e a senhora fazia parte desta Assembleia Municipal!-----

Pelo contrário, este Executivo negociou, andou na estrada, andou com o Adjunto do



Ministro da Saúde, do Partido Socialista ainda, o Dr. Eduardo Alves. Já com este Governo com a Secretária de Estado, Eng.^a Cristina Vaz Tomé, a Secretária de Estado, Dr.^a Ana Povo, temos estado a negociar e vamos fazer um investimento em Santana de cerca de 500.000,00 €.

Estivemos a lançar as obras no âmbito, portanto, do terceiro Aviso e, agora, Santana, Quiaios e o Polo aqui de Pneumologia, que era o antigo BCG, num investimento aproximado de 1.300.000,00 € para o quarto Aviso.

Portanto, quero dar nota que o Eng.^o Bruno e a Arq.^a Cristina estão a desenvolver o projeto. Assim que tenhamos as coisas concluídas, terei todo o gosto em partilhar com a senhora Presidente de Junta de Freguesia."

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada municipal Susana Oliveira Monteiro.

SUSANA OLIVEIRA MONTEIRO: "Sobre a questão do Centro de Saúde de Santana, e em defesa da minha honra, quero dizer que se em 2014 o assunto foi trazido à Assembleia Municipal e eu votei favoravelmente à construção da Unidade de Saúde Local de Alhadas, é exatamente pelo mesmo motivo que hoje vou votar a favor dos pontos que vêm na Ordem de Trabalhos a seguir.

Entendo que as freguesias, independentemente das suas ambições, não devem votar contra os projetos das freguesias vizinhas. Isso era, no mínimo, mesquinho e indecente da nossa parte.

Em relação à afirmação de que a construção da Unidade Local de Saúde de Alhadas previa o encerramento dos polos de Santana e de Bom Sucesso, quero dizer que, também, nas diversas reuniões que foram sendo realizadas com o à época Diretor do Agrupamento de Centros de Saúde do Baixo Mondego, Dr. José Biscaia, isso nunca foi referido. Foi sempre salientado que, apesar destas obras, os polos, pelo menos o de Santana, que é aquele que estou a defender aqui, nunca seria encerrado.

Como devem compreender, nunca um Presidente de Junta de Freguesia iria votar na construção de uma Unidade Local de Saúde se previssem o encerramento do polo de saúde da sua freguesia.

Isso era, no mínimo, uma questão de suicídio!!!

No entanto, não querendo desmentir a Vereadora Olga Pedrosa Brás, pedir-lhe-ia que, se tem na sua posse esses documentos, mos enviassem, porque, de facto, nessa questão, independentemente das cores partidárias, acho que a verdade deve vir ao de cima, custe a quem custar.

Convém também salientar que estas questões só são colocadas aqui na Assembleia



Municipal porque, de facto, a comunicação com as freguesias é praticamente inexistente. Nós não sabemos do ponto de situação de nada!-----
Aliás, há algum tempo atrás, questioneei a Vereadora por causa da questão do projeto do polo de Santana, até porque seria interessante que nós o conhecêssemos, e foi-me respondido que estava em fase de projeto e estaria a ser feito no exterior, porque a capacidade dos técnicos do Município era reduzida face ao elevado volume de trabalho que tinham.-----

Mas, até agora, ainda não tive conhecimento de absolutamente nada.-----
Portanto, se o Município nos envolvesse nesta questão e desse conhecimento às freguesias daquilo que está a ser projetado para elas, seria muito mais fácil para nós, teríamos uma resposta a dar aos nossos fregueses, que é para isso que cá estamos, e se calhar não seria um incómodo tão grande trazer estes assuntos aqui à Assembleia Municipal."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Jorge Bugalho Silva.

JORGE BUGALHO SILVA: "Queria esclarecer uma situação que tem a ver com a Unidade de Saúde de Alhadas. De facto, o projeto inicial previa o fecho de alguns postos médicos, mas foram feitos reajustamentos e ficou garantido que todos os postos médicos que existiam na altura não seriam encerrados."-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

L - OBRAS NA PISCINA MUNICIPAL DE FERREIRA-A-NOVA

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada municipal Susana Oliveira Monteiro.-----

SUSANA OLIVEIRA MONTEIRO: "São também vários os pedidos que nós temos vindo a fazer ao longo destes mandatos para melhoramentos ou mesmo requalificação da Piscina Municipal de Ferreira-a-Nova.-----

Foram bastantes os acidentes que ocorreram o ano passado, quer de ferimentos nos pés dos utilizadores porque o piso, de facto, está em péssimo estado, quer também na questão das pessoas que escorregavam devido ao seu desgaste natural.-----

Já transmitimos ao Executivo Municipal a incapacidade financeira da Junta de Freguesia para fazer esta reparação, aliás prova disso foi aquilo que aconteceu no ano passado.-----

Também não é a primeira vez que refiro que, à imagem de outras freguesias, se houve o investimento total do Município no espaço, achamos ser justo que seja feito em Ferreira-a-Nova.-----

Convém dizer e se calhar uma grande parte dos presentes também já pôde assistir a



isso no local, a nossa Piscina é uma das que, se calhar, terá mais utilização, sendo que todos os dias temos em média 50 crianças a frequentá-la, devido às Atividades de Tempos Livres promovidas pela Freguesia.-----

Portanto, este ano não será o ano para fazer isso. Já devíamos ter acordado mais cedo e ter feito esta pressão mais cedo. A nossa vontade era de facto encerrar a Piscina pública de Ferreira-a-Nova por ela não ter condições de ser utilizada pelas pessoas.-----

Ainda assim, estando num ano de eleições, corremos o risco que nos acusem de estarmos a fazer pressões políticas quando não é a nossa intenção e, para além disso, também entendemos que fechar nesta altura é um prejuízo para as crianças da nossa Freguesia e para as famílias que utilizam estas Atividades de Tempos Livres como forma de apoio para os meses de verão.”-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

M – CAPELA DE SANTA EULÁLIA

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada municipal Susana Oliveira Monteiro.-----

SUSANA OLIVEIRA MONTEIRO: “Irei, agora, falar de Santa Eulália.-----

Passados estes anos e tendo já abordado esta questão aqui na Assembleia Municipal, gostaria de saber se há algumas novidades no decorrer do processo do Contrato de Comodato feito com a Sociedade da Quinta de Fôja.-----

A Junta de Freguesia mais uma vez está atenta, vai passando no local e vai fazendo limpezas. Da última vez que lá estive, notava-se a queda de mais bocadinhos da abóbada da Capela.-----

De salientar que há bastante interesse no local, até de quem pretende só vandalizar ou tentar roubar aquilo.-----

E, mais uma vez, a porta da sacristia da Capela foi alvo de vandalismo e também está agora numa situação um bocadinho mais frágil.-----

Sublinho que este local diz muito à Freguesia de Ferreira-a-Nova e às nossas populações e que gostaria que ali fosse feita qualquer coisa, nem que seja só para ir mostrando o interesse do Município no local.”-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

N – PAVIMENTAÇÕES EM FERREIRA-A-NOVA

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada municipal Susana Oliveira Monteiro.-----

SUSANA OLIVEIRA MONTEIRO: “Em quatro anos temos três ruas pavimentadas. Gostaria



de saber o que está previsto até ao final do mandato, se é que está.-----
Esta também é uma preocupação da nossa população para além de que, de facto, o estado em que os pavimentos estão não dignifica em nada nem a Freguesia, nem o nosso Município."-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

O - REIVINDICAÇÕES DOS TRABALHADORES DE LIMPEZA E DAS BRIGADAS

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada municipal Célia Silva Morais.-

CÉLIA SILVA MORAIS: "A minha intervenção tem como objetivo a obtenção de algumas respostas por parte do Executivo.-----

Primeiro, e porque é algo que nos constrange a todos, questionar se se encontram solucionadas as reivindicações das funcionárias ou funcionários das empresas prestadoras de serviços de limpeza, que recentemente referiram, e cito, estão a ser maltratados pelo Município da Figueira da Foz, que muda os locais de trabalho a seu belo prazer, configurando um enorme abuso de poder.-----

E questiono isto porque em assembleias anteriores também foram aqui referenciadas queixas de funcionários do próprio Município, não de empresas prestadoras de serviços, que alegavam exatamente este problema, nomeadamente as equipas das brigadas que não conseguiam concluir trabalhos em execução porque eram chamados na hora para parar e dirigirem-se para outros trabalhos, noutra localidade por vezes até, sem conseguirem eficazmente gerir as funções que lhe eram destinadas. Houve ou não houve consenso relativamente às questões da empresa prestadora de serviços de limpeza?"-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à Vereadora Anabela Marques Tabaço, com a prévia anuência do Presidente da Câmara.-----

VEREADORA ANABELA MARQUES TABAÇO: "Relativamente a estes trabalhadores, sei que foi feita uma reunião com o Vereador Manuel Fernandes Domingues e, julgo estar tudo resolvido."-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

P - BIOADVANCE

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada municipal Célia Silva Morais.-

CÉLIA SILVA MORAIS: "A Bioadvance intentou uma providência cautelar contra a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro.-----

Tanto quanto sabemos, a empresa não teve provimento com essa providência cautelar, portanto a empresa não pode laborar, mas é assim que se mantém, inclusivamente com recurso a geradores no dia do apagão.-----



O que é que o Executivo e os seus diferentes serviços, incluindo a fiscalização do Município, têm recentemente desenvolvido para que esta situação se resolva, a bem da saúde pública e a bem da Figueira da Foz?"-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada municipal Maria Adelaide Gonçalves.-----

MARIA ADELAIDE GONÇALVES: "Senhor Presidente da Câmara, o que me pode dizer sobre a grave desobediência dos responsáveis da Bioadvance? O que me pode dizer sobre isso, se houver alguma coisa nova para me dizer?"-----

Qual é a possibilidade de a Câmara Municipal pedir a outros organismos, e eu estou, por exemplo, a pensar no Laboratório Nacional de Engenharia Civil, que haja uma investigação relativamente aos escoamentos que são feitos diretamente para o Rio. Eles existem, a Coligação Democrática Unitária sabe que eles existem, eles estão nas folhas da Bioadvance.-----

O Partido Comunista Português pediu o processo completo à Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro. Teve acesso ao processo, menos àquelas folhas que estão inscritas como segredo industrial e as que fazem parte da proteção de dados.-----

De qualquer forma deixo aqui um alerta: eu fico preocupada com a questão dos escoamentos que são feitos diretamente para o Rio daquilo que eles dizem ser águas tratadas."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à Vereadora Anabela Marques Tabaçó, com a prévia anuência do Presidente da Câmara.-----

VEREADORA ANABELA MARQUES TABAÇÓ: "O processo da Bioadvance, neste momento, está a ser tratado pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro. A Administração do Porto da Figueira da Foz, penso que ainda foi ontem que nos enviou um email, tem-nos informado daquilo que têm sido os procedimentos, as queixas feitas à Comissão de Coordenação e o pedido de vistorias.-----

Portanto, neste momento, esse assunto está a ser tratado entre a Administração do Porto da Figueira da Foz e a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, como tem de ser.-----

Eu acho mesmo que os deputados municipais deveriam enviar uma carta à Administração do Porto da Figueira da Foz ou à Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, a dar conta de todas as questões que têm levantado aqui em sede de Assembleia Municipal, para que eles se pudessem pronunciar.-----

Porque a Câmara Municipal não tem como esclarecer as vossas questões. Nós não



podemos entrar por ali porque é domínio público-marítimo.”-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

Q - PISCINA MUNICIPAL - EDIFÍCIO PORTUGAL

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal José Borges Ligeiro.

JOSÉ BORGES LIGEIRO: “Em nome do Grupo de Cidadãos Eleitores Figueira a Primeira saúdo a criação de uma Piscina Municipal no Edifício Portugal, um equipamento que enriquece o coração da cidade com uma infraestrutura desportiva de grande valor comunitário.”-----

Mais do que a requalificação de um espaço, trata-se um gesto político relevante que assume como prioridade o acesso democrático à prática desportiva por parte de todos, crianças, jovens e seniores, com especial enfoque na população urbana que há muito carecia de uma solução pública de proximidade.”-----

Adquirida por 465.000,00 €, esta infraestrutura foi intervencionada com recurso significativo ao trabalho dos nossos funcionários municipais, a quem aqui deixo também o devido reconhecimento.”-----

Com nadadores-salvadores permanentes, professores de educação física, total acessibilidade a áreas de spa, squash, ginásio e salas de aula, a piscina oferece condições modernas e dignas.”-----

Foi dado um grande passo no investimento no desporto e na saúde pública, áreas centrais para a qualidade de vida e coesão social.”-----

E é justo reconhecer aqui, sem hesitações, a determinação e visão política do Presidente Pedro Santana Lopes que concretizou este projeto com sentido de missão pública.”-----

Em nome da Figueira a Primeira e de todos os figueirenses, muito obrigado!”-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

R - COLOCAÇÃO DE TAPETE BETUMINOSO NAS RUAS DA ZONA HISTÓRICA DE MAIORCA

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal José Borges Ligeiro.

JOSÉ BORGES LIGEIRO: “No passado domingo, o Presidente da Câmara Municipal, Pedro Santana Lopes, esteve em Maiorca a inaugurar a nova sede da Junta de Freguesia. - Como Maiorquense, agradeço reconhecidamente.”-----

Foi neste novo espaço que ontem se realizou a Assembleia de Freguesia de Maiorca. No decorrer do discurso de inauguração, o Presidente da Câmara Municipal referiu que iria ser colocado tapete em algumas ruas de Maiorca.”-----

Sendo eu membro da Assembleia de Freguesia, achei por bem perguntar ao Presidente da Junta se os referidos tapetes eram em betuminoso. A resposta foi afirmativa e



eu manifestei a minha discordância e o porquê da mesma. Considero que a melhor e mais duradoura opção é a calçada.-----

Constateram que o Presidente da Junta e todos os membros da Assembleia de Freguesia têm o mesmo entendimento que eu.-----

Senhor Presidente da Câmara Municipal, por tudo isto e atendendo a todo o historial da Vila de Maiorca, onde, por exemplo, nas ruas mais degradadas, facilmente se verifica o empedrado por debaixo do asfalto, solicito-lhe que proíba a aplicação de betuminoso em toda a zona histórica de Maiorca.-----

Desde já, o meu muito, muito obrigado, pois estou certo que este meu pedido vai merecer a sua melhor atenção."-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

S - EXPLORAÇÃO DE CAULINOS NA FETEIRA, EM VILA VERDE

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada municipal Maria Adelaide Gonçalves.-----

MARIA ADELAIDE GONÇALVES: "Ontem, num lugar chamado Meco, no concelho vizinho de Montemor-o-Velho, na freguesia de Arazede, era para haver uma reunião com a empresa Aldeia S.A., a mesma que pretende fazer a prospeção de Caulinos também aqui na Feteira e, por isso a população juntou-se e manifestou-se.-----

De qualquer forma, queria deixar aqui a pergunta se há alguma informação que o Executivo tenha sobre a pretensão da prospeção de Caulinos na Feteira, em Vila Verde."-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

T - RIO PRANTO

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada municipal Maria Adelaide Gonçalves.-----

MARIA ADELAIDE GONÇALVES: "Também quero chamar a atenção, embora toda a gente saiba, mas lembrar que é necessário fazer alguma coisa sobre aquele vídeo que apareceu a semana passada, mais uma vez, sobre o Rio Pranto e o problema que lá existe."-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

U - TRANSPORTES PÚBLICOS

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada municipal Maria Adelaide Gonçalves.-----

MARIA ADELAIDE GONÇALVES: "O transporte público é um problema maior do que aquilo que nos foi transmitido aqui.-----



Penso que, pelas experiências que existem de transferência de empresas concessionárias do serviço, no próximo mês de setembro, provavelmente, as coisas já estarão a funcionar com a nova empresa, mas as câmaras municipais têm de ter muita atenção relativamente a isso.-----

Um dos problemas, mas essa é uma opinião muito pessoal, em relação à Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra é a falta da regionalização. A Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra tem uma assembleia intermunicipal onde são votados os assuntos pelos representantes das assembleias, mas o organismo não é votado.-----

E isso, para mim, é um problema também na minha opinião pessoal.-----

Ainda sobre o transporte, eu gostaria de perguntar se os serviços da Câmara Municipal estão atentos em relação ao transporte dos alunos da Escola Bernardino Machado para Buarcos. Segundo parece, há alunos que estão a ficar nas paragens.”

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à Vereadora Olga Pedrosa Brás, com a prévia anuência do Presidente da Câmara.-----

VEREADORA OLGA PEDROSA BRÁS: “Relativamente aos transportes, os horários de entrada na Escola Infante Dom Pedro são às 8h30, sabendo que os de saída são às 13h20, 16h15, 17h20 e 18h10. Há uma paragem de autocarro junto à Escola Básica Cristina Torres, dos operadores da Transdev e da Rodoviária do Lis, nos seguintes horários, 8h00, 8h15, 13h05, 13h30 e 18h20.-----

O Terminal Rodoviário da Figueira da Foz, junto à Estação de Comboios, será utilizado como local de transbordo nos seguintes horários, 8h00, 13h30, 13h50, 17h30 e 18h30.-----

Estamos abertos a quaisquer alterações que sejam necessárias.-----

Portanto, esta é a resposta que tenho para vos dar e foi, obviamente, tudo acautelado também com o Vereador Ricardo Pedrosa Silva, que tem o Pelouro dos Transportes, tudo articulado de acordo com as necessidades que foram evidenciadas, por professores, encarregados de educação e do que é necessário aos próprios alunos.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada municipal Maria Adelaide Gonçalves.-----

MARIA ADELAIDE GONÇALVES: “Relativamente à questão do transporte dos alunos, eu sei que os transportes existem.-----

Se calhar exprimi-me mal, mas a empresa que faz os transportes, não sei se por culpa dela, se por culpa de quem lhe deve dizer, desconhece o número de alunos.-



Por isso, não há desdobramentos em quantidade suficiente, para que os alunos cheguem à Escola a tempo e horas.-----

O problema é esse e não é pequeno, como é evidente."-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

V - VOTO DE SAUDAÇÃO AO 1.º DE MAIO - SUBSCRITO PELO GRUPO MUNICIPAL DA COLIGAÇÃO DEMOCRÁTICA UNITÁRIA

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada municipal Maria Adelaide Gonçalves.-----

MARIA ADELAIDE GONÇALVES: "Amanhã, passarão 51 anos sobre aquele 1.º de Maio vivido em liberdade.-----

51 anos sobre o primeiro 1.º de Maio livre de amarras impostas pela longa noite fascista.-----

Foi nesse 1º de Maio que os trabalhadores e toda a população glorificaram aquela manhã de cinco dias antes, aquela manhã de Abril que tanta esperança trouxe a todos.-----

Hoje, e tal como foi referido por várias intervenções na sessão solene comemorativa do 25 de Abril, torna-se necessário cumprir Abril.-----

É necessário que o retrocesso seja interrompido, mas, se continuarmos a apostar nos baixos salários, se continuarmos a permitir a especulação com o preço dos alimentos, se continuarmos com a escalada de retirada de direitos, se continuarmos com as restrições das liberdades e garantias, expressas na Constituição da República Portuguesa, não vamos conseguir.-----

Precisamos de melhores salários e pensões, precisamos de fortalecer os serviços públicos, precisamos de manter por cá os nossos jovens dando-lhes perspetivas de presente e de futuro, precisamos de acreditar e de transmitir uma mensagem de esperança no futuro.-----

Saudemos daqui o povo trabalhador assim como todos os que lutam por direitos iguais para todos e os apoiemos na luta por melhores condições de trabalho e de vida, que todos nos empenhemos na construção de um Futuro mais próspero e mais risonho para todos."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se o Presidente da Câmara ou algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à votação.-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista, Mafalda Reis Azevedo, José Fernando Correia, Isabel Guardão Tavares e Victor Santos



Madaleno, e do Grupo de Cidadãos Eleitores Figueira a Primeira, Paulo Nisa Mariano, deliberou, por unanimidade, aprovar o Voto de Saudação ao 1.º de Maio, subscrito pelo grupo municipal da Coligação Democrática Unitária.-----

Deliberação aprovada em minuta.-----

X - FREGUESIA DE MARINHA DAS ONDAS - SANEAMENTO NAS MATAS E CIPRESTE

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal José Jordão Suzana.

JOSÉ JORDÃO SUZANA: "Senhor Presidente da Câmara para quando o início do saneamento nas Matas e Cipreste?-----

Tenho algumas respostas, mas dá-me a impressão que uns têm umas datas, outros têm outras datas e eu gostava de saber."-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

W - FREGUESIA DE MARINHA DAS ONDAS - EXPOONDAS

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal José Jordão Suzana.

JOSÉ JORDÃO SUZANA: "Como esta Assembleia Municipal não serve só para fazer política, vou aproveitar para convidar todos, os membros da Assembleia e toda a gente que nos assiste online, para visitarem a Marinha das Ondas nos dias 23, 24 e 25 de maio.-----

Acho que vão sair de barriga cheia, como se costuma dizer. Venham à ExpoOndas, aproveitem. Este ano temos mais expositores e mais empresas.-----

O nosso foco tem sido, realmente, nas empresas. Temos empresas de vários locais, não só do nosso Concelho, mas também temos do Distrito e dos concelhos ao lado. Portanto, apareçam.-----

E, já agora, um agradecimento à Câmara Municipal, na pessoa do seu Presidente, pelo apoio que nos vai dar, tanto logístico como financeiramente. Muito obrigado! Sem esse apoio, também não era possível realizar este evento.-----

Portanto, aproveitem, 23, 24 e 25 de maio a Marinha das Ondas é o caminho!"-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

Z - REQUALIFICAÇÃO DO CENTRO DE ALHADAS E PAVIMENTAÇÕES

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Jorge Bugalho Silva.

JORGE BUGALHO SILVA: "Queria dar os parabéns ao Executivo da Câmara Municipal da Figueira da Foz e ao seu Presidente, pelas obras que tem feito, que já inaugurou e, também, pelas que estão previstas fazer.-----

Estamos aqui para analisar as coisas e acho que também é correto fazer isto mesmo. No entanto, peço ao Presidente da Câmara que não se esqueça da requalificação do Centro da Vila de Alhadas, assim como das pavimentações previstas para a Freguesia



e para todas as outras acordadas por escrito entre nós, nas reuniões feitas para a aprovação do Orçamento.-----

Depois, há outros compromissos da área financeira, que eu gostaria também que fossem cumpridos.-----

Mas, eu farei chegar um email ao Presidente e à Vice-Presidente da Câmara para ver se resolvemos os nossos assuntos."-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

AA - CONTENTORES DE BIORRESÍDUOS

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada municipal Maria Adelaide Gonçalves.-----

MARIA ADELAIDE GONÇALVES: "Sobre os contentores de Biorresíduos, quem é o responsável pelo levantamento dos resíduos? Qual é o destino final? Qual é o balanço que a Câmara Municipal faz da iniciativa?-----

Teria aqui outras perguntas sobre a Agência Portuguesa do Ambiente, a erosão costeira, o apagão e uma grande declaração daquele que não é um furioso comunista, o Eng.º Mira Amaral, mas enviá-las-ei por escrito."-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

B - PERÍODO DA ORDEM DO DIA

**4 - APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA E DA
INFORMAÇÃO ESCRITA SOBRE A ATIVIDADE MUNICIPAL**

Foi presente para apreciação uma informação sobre a atividade do Município, acompanhada de uma informação financeira e de uma listagem dos processos contenciosos pendentes, com indicação da respetiva fase e estado.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se o Presidente da Câmara ou algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à votação.-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

**5 - APRECIÇÃO E DELIBERAÇÃO DAS SEGUINTE PROPOSTAS DA CÂMARA
MUNICIPAL:**

**5.1 - ABERTURA DE UM PROCEDIMENTO POR CONCURSO PÚBLICO PARA A
EMPREITADA PARA A "UNIDADE DE SAÚDE DE SÃO JULIÃO
(REQUALIFICAÇÃO) - OBRA" - AUTORIZAÇÃO PARA A ASSUNÇÃO DE
COMPROMISSOS PLURIANUAIS**

Pelo Presidente da Câmara Municipal foi proposta a abertura de um procedimento por Concurso Público para a Empreitada para a «Unidade de Saúde de São Julião



(Requalificação) - Obra», cujo valor de despesa estimada é de 2.365.661,91 € (dois milhões trezentos e sessenta e cinco mil seiscentos e sessenta e um euros e noventa e um cêntimos), acrescido de Imposto sobre o Valor Acrescentado no montante de 141.939,71 € (cento e quarenta e um mil novecentos e trinta e nove euros e setenta e um cêntimos), perfazendo o valor global de 2.507.601,62 € (dois milhões quinhentos e sete mil seiscentos e um euros e sessenta e dois cêntimos).-----
Este processo foi votado favoravelmente em sede de reunião de Câmara de 18 de março de 2025.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se o Presidente da Câmara ou algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à votação.-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista, Mafalda Reis Azevedo, José Fernando Correia, Isabel Guardão Tavares e Victor Santos Madaleno, do Grupo de Cidadãos Eleitores Figueira a Primeira, Paulo Nisa Mariano e José Augusto Mateus, deliberou, por unanimidade, sob proposta da Câmara e ao abrigo das disposições combinadas dos n.ºs 1 e 6 do art.º 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08 de junho, repriminado pela Resolução da Assembleia da República n.º 86/2011, de 11 de abril, e aplicável por força da alínea f) do n.º 1 do art.º 14.º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, e alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, todos na sua última redação, autorizar o Município da Figueira da Foz a assumir o compromisso plurianual decorrente da repartição dos encargos com a celebração do contrato da Empreitada para a «Unidade de Saúde de São Julião (Requalificação) - Obra», pelos anos económicos de 2025 e 2026, os quais não poderão exceder:-----

- Ano económico de 2025 - 1.074.684,00 € (um milhão setenta e quatro mil seiscentos e oitenta e quatro euros) Imposto sobre o Valor Acrescentado incluído à taxa legal em vigor;-----

- Ano económico de 2026 - 1.432.917,62 € (um milhão quatrocentos e trinta e dois mil novecentos e dezassete euros e sessenta e dois cêntimos) Imposto sobre o Valor Acrescentado incluído à taxa legal em vigor.-----

Deliberação aprovada em minuta.-----

5.2 - ABERTURA DE UM PROCEDIMENTO POR CONCURSO PÚBLICO PARA A EMPREITADA DE CONCEÇÃO-CONSTRUÇÃO PARA A "CONSTRUÇÃO DE NOVA UNIDADE DE SAÚDE FAMILIAR EM TAVAREDE - OBRA" - AUTORIZAÇÃO PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS



Pelo Presidente da Câmara Municipal foi proposta a abertura de um procedimento por Concurso Público para a Empreitada de Conceção-Construção para a «Construção de nova Unidade de Saúde Familiar em Tavarede - Obra», cujo valor de despesa estimada é de 2.360.791,93 € (dois milhões trezentos e sessenta mil seiscentos setecentos e noventa e um euros e noventa e três cêntimos), acrescido de Imposto sobre o Valor Acrescentado no montante de 141.647,52 € (cento e quarenta e um mil seiscentos e quarenta e sete euros e cinquenta e dois cêntimos), perfazendo o valor global de 2.502.439,45 € (dois milhões quinhentos e dois mil quatrocentos e trinta e nove euros e quarenta e cinco cêntimos).-----

Este processo foi votado favoravelmente em sede de reunião de Câmara de 28 de março de 2025.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Fernando Martins Lopes.-----

FERNANDO MARTINS LOPES: "Em nome do Executivo de Tavarede quero congratular-me, por finalmente estar cumprido este sonho de termos uma Unidade de Saúde Familiar em Tavarede.-----

Este sonho remonta a 1977, na altura, do Presidente António Jorge Silva e, até hoje, tem sido acalentado não só por todos os Presidentes de Junta de Freguesia, mas também pelas forças políticas que a ela têm concorrido.-----

Por isso, o nosso agradecimento, primeiro ao Presidente da Câmara, por ter mantido o projeto anterior de aceitar a Delegação de Competências na Área da Saúde, coisa que anteriormente não tinha acontecido, nem nos tinha sido sequer dado a hipótese a não ser na fase do Governo, penso eu, do Dr. António Costa.-----

E, assim, mudou todo o sistema, toda a visão e toda a possibilidade de se trabalhar com esta dimensão e ter a capacidade de sermos autónomos e responsáveis sobre esta situação.-----

Depois, agradecer, obviamente, à Vereadora Olga Pedrosa Brás, que de há quatro anos a esta parte tem reunido e partilhado comigo, a sua preocupação em construir em Tavarede a tal Unidade de Saúde Familiar.-----

É importante deslocar, penso eu, para Tavarede uma Unidade de Saúde Familiar, provavelmente, não sei se será a Unidade Nautilus ou qualquer outra de Buarcos. - Essa Unidade tem entre 3.000 e 4.000 utentes, mas o que interessa é que o edifício seja feito, pois certamente quem estiver aqui poderá organizar melhor.-----

Agora, na qualidade de Presidente da Junta de Freguesia de Tavarede, gostaria de saber onde vai ser implantada essa Unidade de Saúde Familiar.-----



Eu reformulo a pergunta – pode responder se hoje me consegue dizer onde é que vai ser implantada a Unidade de Saúde Familiar de Tavarede.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: “Será ali perto do Parque Municipal de Campismo.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Manuel Rascão Marques.

MANUEL RASCÃO MARQUES: “Todos nós nos congratulamos com esta construção e com as outras que estão para ser feitas, porque aproxima a saúde aos utentes.-----

A minha preocupação é que já hoje se veem Centros de Saúde sem médicos, ou com falta deles, e a Figueira da Foz vai ter mais Centros de Saúde, o que é bom.----

Porém, terá de haver alguma cautela em termos de se preverem os médicos para trabalharem nesses Centros de Saúde, sob pena de ficarmos com os edifícios e não os utilizarmos como deve ser.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: “Acho que a Vereadora Olga Pedrosa Brás não vai dizer que vamos ter mais, mas vai afirmar que vamos ter melhores.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à Vereadora Olga Pedrosa Brás, com a prévia anuência do Presidente da Câmara.-----

VEREADORA OLGA PEDROSA BRÁS: “Haverá um desenho diferente. Por exemplo, Bom Sucesso já lá tem uma unidade de saúde, mas não tem condições e, neste momento, só abre uma ou duas vezes por semana. Os médicos estão todos concentrados nas Alhadas.--
A Unidade de Saúde Familiar das Alhadas, que é a Unidade de Saúde Familiar Dólmén, tem lá sete médicos e mais dois médicos em regime de internato médico. Estão lá todos concentrados.-----

Deve ter ouvido, há pouco, a Presidente da Junta de Freguesia de Santana a dizer que muitas vezes mandam os utentes de Santana para as Alhadas, porque eles querem estar ali todos concentrados e têm ali melhores condições.-----

E a ideia é dar melhores condições aos profissionais de saúde. Depois, eles têm de ser realocados.-----

Tavarede vai surgir porque quando este Executivo chegou aqui, aquele bloco que vê ali em Buarcos tinha cerca de 30 mil utentes, divididos pela Unidade de Saúde Familiar Nautilus, Unidade de Saúde Familiar Buarcos, e a Unidade de Cuidados de Saúde Primários Buarcos.-----

Entretanto, com o novo modelo que foi desenhado, estruturado e negociado, na lógica de termos mais vagas para médicos recém-formados fazer o seu internato médico na Medicina Geral e Familiar, não só aqui no centro urbano, mas também na periferia,



reencaminhamos tudo para unidades de saúde familiar, que são mais apelativas até em termos económicos para os profissionais de saúde.-----

Então, para Tavarede passa a Unidade de Saúde Familiar Nautilus, que neste momento já tem cerca de 35 mil utentes, muito por causa da população migrante.-----

A Unidade de Cuidados na Comunidade Farol do Mondego, que faz enfermagem, reabilitação ao domicílio, passa também para lá, porque está a crescer. Eu já conheci aquela unidade, com três enfermeiros, com cinco enfermeiros e neste momento tem nove enfermeiros e a ideia é ficar com três enfermeiros.-----

Aquele bloco de Buarcos vai ficar com duas Unidades de Saúde Familiar, a Unidade de Saúde Familiar Buarcos e a Unidade de Saúde Familiar Claridade que, depois, tem o Polo de Quiaios agregado.-----

Ou seja, é um novo desenho, é uma reorganização.-----

A Unidade de Saúde Familiar Figueira Sul integra o Pólo do Paião, e o de Marinha das Ondas. Quando se construiu o Pólo de Lavos, e se fechou o de Alqueidão e Borda do Campo, a lógica era que eles dessem a resposta ali a 10 mil utentes.-----

Marinha das Ondas era para fechar, o Presidente da Junta de Freguesia de Marinha das Ondas sabe disso, e desmaterializar também a Unidade de Saúde do Paião.-----

E é esta a reorganização - a Unidade de Saúde Familiar Salis, que é a Sul e integra o Pólo de Lavos e o de São Pedro.-----

São Pedro não tinha condições para ser intervencionado, até porque o dono daquele Pólo, que funcionava na antiga Casa dos Pescadores, é a Segurança Social, e vai surgir um nas traseiras dessa casa e os médicos que ali estão, vão para a nova unidade, que vai já começar em obras muito em breve. Já temos o contrato assinado e já fizemos até uma reunião de obra com a empresa."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada municipal Célia Silva Morais.-

CÉLIA SILVA MORAIS: "Só uma correção - a Unidade de Saúde Familiar Nautilus tem 11.500 utentes."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à Vereadora Olga Pedrosa Brás, com a prévia anuência do Presidente da Câmara.-----

VEREADORA OLGA PEDROSA BRÁS: "Eu não disse quantos utentes tinha a Unidade de Saúde Familiar Nautilus, eu disse que, no conjunto, tínhamos ali, naquele bloco, 30.000 utentes. Não ponham palavras na minha boca que eu não disse!"-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada municipal Célia Silva Morais.-

CÉLIA SILVA MORAIS: "Mas, depois, quando disse que ia transferir a Unidade de Saúde Familiar Nautilus afirmou que iam 35.000. É só uma correção."-----



PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Ricardo Manuel Santos.

RICARDO MANUEL SANTOS: "Ouvi, com muita atenção, a Vereadora Olga Pedrosa Brás falar aqui na reorganização das Unidades de Saúde Familiar e este plano para o Concelho.-----

Quando fala nessa reorganização das unidades de saúde, isso é um plano de intenções ou, de facto, é alguma coisa que já está afirmada?-----

Porque não me lembro de termos discutido isto nesta Assembleia, nomeadamente aquilo que me toca particularmente, essa união entre o Polo de Quiaios e a nova Unidade de Saúde Familiar de Bom Sucesso, que não digo se é positiva ou não, porque ainda não tive a oportunidade de discutir isso.-----

No fundo, só queria perceber se, de facto, estamos a falar de um plano de intenções ou de um plano que já está definido e aprovado."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à Vereadora Olga Pedrosa Brás, com a prévia anuência do Presidente da Câmara.-----

VEREADORA OLGA PEDROSA BRÁS: "O que eu acabei de dizer é que o Centro de Saude Figueira da Foz foi transformado numa Unidade de Saúde Familiar Claridade que faz ali a ponte com Quiaios.-----

Foi o que eu disse.-----

Eu sei que o senhor não quer fazer aquilo que eu gostava de ter feito, que era ficar ali no Bom Sucesso com Quiaios que fazia sentido. Mas, portanto, esteja descansado. Vocês falam muito em inclusão e depois têm este tipo de atitudes."--

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Ricardo Manuel Santos.

RICARDO MANUEL SANTOS: "Agradeço o esclarecimento. Só dizer que eu não disse que era a favor nem contra. Apenas referi que o assunto ainda não tinha sido discutido. Só isso."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se o Presidente da Câmara ou mais algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à votação.-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista, Mafalda Reis Azevedo, José Fernando Correia, Isabel Guardão Tavares e Victor Santos Madaleno, do Grupo de Cidadãos Eleitores Figueira a Primeira, Paulo Nisa Mariano e José Augusto Mateus, deliberou, por unanimidade, sob proposta da Câmara e ao abrigo das disposições combinadas dos n.ºs 1 e 6 do art.º 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08 de junho, reprimado pela Resolução da Assembleia da República n.º 86/2011, de 11 de abril, e aplicável por força da alínea f) do n.º 1 do art.º 14.º



do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, e alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, todos na sua última redação, autorizar o Município da Figueira da Foz a assumir o compromisso plurianual decorrente da repartição dos encargos com a celebração do contrato da Empreitada de Conceção-Construção para a «Construção de nova Unidade de Saúde Familiar em Tavadrede - Obra», pelos anos económicos de 2025 e 2026, os quais não poderão exceder:-----

Conceção da Obra:-----

- Ano económico de 2025 - 81.000,00 € (oitenta e um mil euros) Imposto sobre o Valor Acrescentado incluído à taxa legal em vigor;-----

- Ano económico de 2026 - 9.000,00 € (nove mil euros) Imposto sobre o Valor Acrescentado incluído à taxa legal em vigor.-----

Construção da Obra:-----

- Ano económico de 2025 - 2.412.439,45 € (dois milhões quatrocentos e doze mil quatrocentos e trinta e nove euros e quarenta e cinco centésimos) Imposto sobre o Valor Acrescentado incluído à taxa legal em vigor;-----

- Ano económico de 2026 - 750.000,00 € (setecentos e cinquenta mil euros) Imposto sobre o Valor Acrescentado incluído à taxa legal em vigor.-----

Deliberação aprovada em minuta.-----

5.3 - ABERTURA DE UM PROCEDIMENTO POR CONCURSO PÚBLICO PARA A EMPREITADA PARA "EXECUÇÃO DA VARIANTE DE QUIAIOS" - AUTORIZAÇÃO PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS

Pelo Presidente da Câmara Municipal foi proposta a abertura de um procedimento por Concurso Público para a Empreitada para a «Execução da Variante de Quiaios», cujo valor de despesa estimada é de 4.998.028,98 € (quatro milhões novecentos e noventa e oito mil e vinte oito euros e noventa e oito centésimos), acrescido de Imposto sobre o Valor Acrescentado no montante de 299.881,74 € (duzentos e noventa e nove mil oitocentos e oitenta e um euros e setenta e quatro centésimos), perfazendo o valor global de 5.297.910,72 € (cinco milhões duzentos e noventa e sete mil novecentos e dez euros e setenta e dois centésimos).-----

Este processo foi votado favoravelmente em sede de reunião de Câmara de 09 de abril de 2025.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Ricardo Manuel Santos.

RICARDO MANUEL SANTOS: "Acreditando, naturalmente, que o ponto vai ser aprovado, este é um momento de regozijo para a Freguesia de Quiaios.-----

É, de facto, um desiderato muito antigo e queria aqui, porque importa fazê-lo



também quando as coisas correm bem, na pessoa do Presidente da Câmara, agradecer o compromisso, o envolvimento e o empenho de todos os técnicos para que hoje pudéssemos chegar a este ponto.-----

Sabemos que isto se vai alargar e alongar no tempo, mas é assim, também a obra assim o exige.-----

Mas também quero realçar e agradecer também aos serviços administrativos da Junta de Freguesia de Quiaios que desde o primeiro momento se envolveram no processo, fizeram a ponte inicial com todos os proprietários e sublinhar a articulação entre os serviços do Município e os serviços da Junta de Freguesia para que pudéssemos chegar a bom porto.-----

Portanto, deixo aqui este agradecimento em nome da Freguesia de Quiaios.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada municipal Maria Adelaide Gonçalves.-----

MARIA ADELAIDE GONÇALVES: “A Coligação Democrática Unitária vai abster-se neste ponto porque, como todos sabem, esta não é a sua proposta. Não concordo de todo com esta proposta e daí a minha abstenção.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Ricardo Manuel Santos.

RICARDO MANUEL SANTOS: “Não quero repetir as declarações da sessão do passado dia 30 de abril do ano de 2024 em que discutimos este tema mais uma vez com a Coligação Democrática Unitária, mas sublinhar que esta obra, como já o disse naquela altura, é um imperativo de segurança.-----

E, para além da utopia, importa cuidar da vida presente das pessoas, daí esta obra ser tão importante para a freguesia de Quiaios.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se o Presidente da Câmara ou mais algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à votação.-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista, Mafalda Reis Azevedo, José Fernando Correia, Isabel Guardão Tavares e Victor Santos Madaleno, do Grupo de Cidadãos Eleitores Figueira a Primeira, Paulo Nisa Mariano e José Augusto Mateus, deliberou, por maioria, com trinta e quatro votos a favor dos membros do Partido Socialista, Grupo de Cidadãos Eleitores Figueira a Primeira, Partido Social Democrata e Bloco de Esquerda, uma abstenção do membro da Coligação Democrática Unitária, e sem votos contra, sob proposta da Câmara e ao abrigo das disposições combinadas dos n.ºs 1 e 6 do art.º 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08 de junho, repristinado pela Resolução da Assembleia da República n.º 86/2011,



de 11 de abril, e aplicável por força da alínea f) do n.º 1 do art.º 14.º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, e alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, todos na sua última redação, autorizar o Município da Figueira da Foz a assumir o compromisso plurianual decorrente da repartição dos encargos com a celebração do contrato da Empreitada para a «Execução da Variante de Quiaios», pelos anos económicos de 2025 e 2026, os quais não poderão exceder: -----

- Ano económico de 2025 - 385.000,00 € (trezentos e oitenta e cinco mil euros) Imposto sobre o Valor Acrescentado incluído à taxa legal em vigor; -----

- Ano económico de 2026 - 4.912.910,72 € (quatro milhões novecentos e doze mil novecentos e dez euros e setenta e dois cêntimos) Imposto sobre o Valor Acrescentado incluído à taxa legal em vigor. -----

Deliberação aprovada em minuta. -----

5.4 - 2.ª REVISÃO ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO E AO ORÇAMENTO PARA 2025

Pelo Presidente da Câmara foi presente para apreciação e aprovação a 2.ª Revisão às Grandes Opções do Plano e Orçamento de 2025, documento que aqui se dá por integralmente reproduzido, constituindo o anexo número um à presente ata. -----

Esta revisão tem subjacente a inscrição das novas ações «24 219 2025/... - Construção de piscina na Praia» para acomodar a despesa com a realização do investimento «Construção de piscina na Praia - Avenida do Brasil, Freguesia de Buarcos e São Julião», «33 119 2024/72 3 - Eliminação de passagem de nível na Salmanha - Aquisição e/ou expropriação de terrenos», de forma a acomodar eventuais encargos com a aquisição/expropriação de terrenos necessários à realização de empreitada para eliminação da passagem de nível da Salmanha, Freguesia de Vila Verde, «33 119 2025/... - Transferências para Municípios (T. verba)», de forma a acomodar a transferência de verba a efetuar para o Município de Montemor-o-Velho, destinada a financiar 50% da despesa realizada com a «instalação de um sistema semaforico de passagem estreita na ponte que liga a localidade de Ereira ao lugar de St.ª Eulália», «12 120 2025/... - Comparticipação financeira do Município no Projeto «Comemorações do Dia da Proteção Civil na Região de Coimbra», promovido pela Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra (T. verba)»; o ajustamento da plurianualidade do Investimento «Unidade de Saúde de São Julião (Requalificação)»; a inscrição de dotações em 2026 nas ações «24 119 2023/168 15 2 - Criação de Habitação a Custos Controlados para Arrendamento Acessível - Adaptação do Edifício



do Arquivo da Rua 10 de Agosto a Habitação - Obra», de forma a enquadrar o encargo previsto para esse exercício com a realização da empreitada «Alteração e Reabilitação do Antigo Arquivo Municipal para Habitação a Custos Acessíveis - 9 Fogos», «24 119 2023/168 16 2 - Criação de Habitação a Custos Controlados para Arrendamento Acessível - Imóvel sito na Rua dos Bombeiros Voluntários - Antigas Instalações da PSP - Obra», de forma a enquadrar o encargo previsto para esse exercício com a realização da empreitada «Reabilitação de Edifício da Rua Bombeiros Voluntários 33-37 para Habitação a Custos Acessíveis (8 Fogos)».

Esta 2.ª Revisão às Grandes Opções do Plano e Orçamento de 2025 foi votada favoravelmente em reunião de Câmara de 23 de abril de 2025.

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada municipal Maria Adelaide Gonçalves.

MARIA ADELAIDE GONÇALVES: "Não estou contra a questão da habitação a custos acessíveis. Aliás, acho que o esforço é de louvar e que tem de ser feito para resolver um problema que existe.

Refere aqui que o prédio sito na Rua 10 de Agosto, onde funciona o arquivo, vai ser transformado em habitação a custos acessíveis, onde vão ser criados nove fogos. Então, para onde vai o arquivo? Estão atentos à situação do outro arquivo que foi enviado para Buarcos? Ouve-se dizer por aí que não estará nas melhores condições... Mas, sinceramente, não sei, nunca vi, como é óbvio."

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.

PRESIDENTE DA CÂMARA: "Quando lá fui antes, aquilo parecia um absoluto desmazelo. Vamos ver, temos várias hipóteses, mas ficará perto da sede do Concelho. Agora, nós estamos a trabalhar para encontrar a solução mais adequada.

Neste momento, tenho aqui duas empreitadas para reorganizar o espaço no R/chão do Município, do lado da Contabilidade e do lado dos Recursos Humanos. O valor do Concurso chega quase aos 200.000,00 €.

Como sabem, ainda temos a possibilidade da construção de um edifício aqui no Concelho. Tem projeto feito. Fica um milhão e meio de euros de investimentos. --- Sobre o arquivo não há motivo de preocupação, mas, de facto, confirmo que a ideia é aquele espaço atual ser aproveitado para construção.

Lembrei-nos que o ano passado veio na capa de um jornal de Lisboa que tinham sido encontrados documentos dos tempos da monarquia ali naquela zona do arquivo do Urbanismo. Não estavam no arquivo, mas sim numas casas ali perto. --- Mas está tudo devidamente guardado e preservado. E assim será!



Digitalização - Em 1991, com o Dr. Aires do Nascimento tem a digitalização dos arquivos.-----

Portanto, aqui está, de facto, por fazer este trabalho. Já desenvolvemos e já candidatamos."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada municipal Célia Silva Morais.-

CÉLIA SILVA MORAIS: "O Partido Socialista vai abster-se neste ponto. Obviamente não tem nada contra o investimento na habitação.-----

Temos aqui uma dúvida em particular: vamos fazer um investimento em mais uma Piscina no Areal?"-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: "Não vamos! Já o disse em reunião de Câmara. Podem considerar como se não estivesse aí escrito."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se o Presidente da Câmara ou mais algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à votação.-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista, Mafalda Reis Azevedo, José Fernando Correia, Isabel Guardão Tavares, Victor Santos Madaleno e José Cunha Carvão, do Grupo de Cidadãos Eleitores Figueira a Primeira, Paulo Nisa Mariano, sob proposta da Câmara e nos termos da alínea a) do n.º 1 do art.º 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua última redação, deliberou, por maioria, com dezoito votos a favor dos membros do Partido Socialista, José Duarte Pereira e Margarida Pinto Cunha, do Grupo de Cidadãos Eleitores Figueira a Primeira, e do Partido Social Democrata, dezassete abstenções dos restantes membros do Partido Socialista, e dos membros da Coligação Democrática Unitária e Bloco de Esquerda, e sem votos contra, aprovar a 2.ª Revisão às Grandes Opções do Plano e Orçamento de 2025, visando a inscrição das novas ações «24 219 2025/... - Construção de piscina na Praia» para acomodar a despesa com a realização do investimento «Construção de piscina na Praia - Avenida do Brasil, Freguesia de Buarcos e São Julião», «33 119 2024/72 3 - Eliminação de passagem de nível na Salmanha - Aquisição e/ou expropriação de terrenos», de forma a acomodar eventuais encargos com a aquisição/expropriação de terrenos necessários à realização de empreitada para eliminação da passagem de nível da Salmanha, Freguesia de Vila Verde, «33 119 2025/... - Transferências para Municípios (T. verba)», de forma a acomodar a transferência de verba a efetuar para o Município de Montemor-o-Velho, destinada a financiar 50% da despesa realizada com a «instalação de um sistema



semafórico de passagem estreita na ponte que liga a localidade de Ereira ao lugar de St.^a Eulália», «12 120 2025/... - Comparticipação financeira do Município no Projeto «Comemorações do Dia da Proteção Civil na Região de Coimbra», promovido pela Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra (T. verba)»; o ajustamento da plurianualidade do Investimento «Unidade de Saúde de São Julião (Requalificação)»; a inscrição de dotações em 2026 nas ações «24 119 2023/168 15 2 - Criação de Habitação a Custos Controlados para Arrendamento Acessível - Adaptação do Edifício do Arquivo da Rua 10 de Agosto a Habitação - Obra», de forma a enquadrar o encargo previsto para esse exercício com a realização da empreitada «Alteração e Reabilitação do Antigo Arquivo Municipal para Habitação a Custos Acessíveis - 9 Fogos», «24 119 2023/168 16 2 - Criação de Habitação a Custos Controlados para Arrendamento Acessível - Imóvel sito na Rua dos Bombeiros Voluntários - Antigas Instalações da PSP - Obra», de forma a enquadrar o encargo previsto para esse exercício com a realização da empreitada «Reabilitação de Edifício da Rua Bombeiros Voluntários 33-37 para Habitação a Custos Acessíveis (8 Fogos)».-----
Deliberação aprovada em minuta.-----

5.5 - DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS E INVENTÁRIO DE 2024 DO MUNICÍPIO DA FIGUEIRA DA FOZ

Foram presentes para apreciação e votação os documentos de Prestação de Contas, em cumprimento do disposto no art.º 76.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, na sua última redação, bem como, o Inventário Municipal de 2024.-----

Estes documentos ficarão devidamente arquivados na Divisão de Finanças e Património/Serviço de Contabilidade, deste Município, e disponíveis, para consulta, quando para tal forem solicitados.-----

Esta proposta foi votada favoravelmente em sede de reunião de Câmara de 23 de abril de 2025.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à Vereadora Anabela Marques Tabaço, com a prévia anuência do Presidente da Câmara.-----

VEREADORA ANABELA MARQUES TABAÇO: "Vou aqui fazer uma pequena apresentação, um resumo daquilo que foi o exercício de 2024, da atuação do Executivo e prestar as contas à Assembleia Municipal. Já o fizemos em reunião de Câmara e vamos voltar a fazê-lo aqui.-----

Relativamente ao valor apurado em termos de resultados do exercício de 2024, o Município apresenta um resultado positivo de 369.000,00 €. Em relação a este indicador, eu quero dizer que as comparações serão feitas com o último mandato do



Executivo anterior.-----
Pela primeira vez, nos últimos seis anos de exercício, este Executivo apresentou contas sempre com resultados positivos, contrariamente àquilo que aconteceu no mandato anterior.-----
No mandato anterior, os resultados foram negativos, acumulados cerca de 8.000.000,00 € e, portanto, tal não se verificou agora.-----
As nossas Contas estão equilibradas e apresentamos uma estabilidade orçamental e sustentabilidade das finanças municipais, indo de encontro àquilo que são as boas práticas municipais.-----
A questão das reservas na Certificação Legal do Revisor Oficial de Contas pode não ser importante para muitas pessoas, mas contrariamente àquilo que vinha sendo prática nos mandatos anteriores, a tendência foi sempre decrescente.-----
Em 2019 o Relatório de Contas tinha quatro reservas, depois passou para três reservas e, em 2024, chegamos às zero reservas por parte do nosso Auditor Externo. Para as pessoas menos informadas e que nos possam estar a ouvir, porque isto são termos que muitas das vezes as pessoas não percebem, as reservas são declarações no Relatório da Auditoria que sinalizam que o Revisor Oficial de Contas tem uma opinião diferente relativamente à informação que advém da Contabilidade.-----
Portanto, nós tivemos uma reserva em 2022 e 2023 que, não sei se se recordam, mas foi uma imposição por parte do Revisor Oficial de Contas relativamente à questão da E-Redes.-----
As nossas contas, neste momento, estão aquilo que nós chamamos limpas!-----
Relativamente à dívida financeira de médio e longo prazo do Município, ao longo destes três anos, 2022, 2023 e 2024, amortizamos cerca de 5.100.000,00 € de dívida. Significa isto que este Executivo não aumentou o endividamento, o endividamento foi zero ao momento do início deste mandato.-----
Convém aqui apenas relembrar que o incremento no início de 2022 de cerca de 12.000.000,00 € teve a ver com decisões assumidas no anterior Executivo. Falo de 5.100.000,00 € do Paço de Maiorca e cerca de 7.500.000,00 € naquilo que foi o financiamento para a eficiência energética.-----
Este Executivo não celebrou qualquer contrato de financiamento de médio e longo prazo. Além de mais, nós amortizámos 5.100.000,00 € de dívida. Portanto, não foi decidida qualquer contratualização pelo atual Executivo Municipal.-----
A dívida de médio e longo prazo situa-se atualmente, no final de 2024, nos 19.500.000,00 €.-----



Passando para a taxa de execução da Receita Orçamental, comparativamente ao mandato do Executivo anterior, nós atingimos em 2024 a maior taxa de execução de sempre – 93,71%. Sim, falamos também na reunião de Câmara que em 2019 a taxa de execução foi de 93,6%. Verifica-se um pequeno diferencial, mas foi o que eu disse, por um se ganha, por um se perde. Se nós formos olhar, de facto, a taxa de 2024 é a mais alta de sempre. Em 2020 e 2021 a taxa foi, respetivamente, de 87% e 85%.----- Obviamente foram anos difíceis, foram anos em que atravessamos uma crise devido à pandemia Covid-19 e ao Leslie e, portanto, também se percebe este abaixamento na taxa de execução.-----

Mas também há aqui uma situação que foi o início da guerra na Ucrânia, e posso dizer que em termos de impacto na altura, só de revisões de preço nós tivemos mais de 1.500.000,00 € num dos exercícios económicos que penso ter sido em 2023.----- Também, de alguma maneira, nós sofremos com esta realidade. E de qualquer forma, por aqui conseguimos ver a boa execução daquilo que são as receitas do Município. Relativamente ao prazo médio de pagamentos, neste momento situa-se nos 24 dias e, portanto, abaixo daquilo que é o permitido pela Direção-Geral das Autarquias Locais, sem que tenha de haver uma comunicação. Ou seja, o que está estipulado em termos de lei é que se houver um prazo acima dos 60 dias, é obrigatório fazer essa comunicação àquela entidade.-----

Ora, nós estamos nos 24 dias, mantendo a tendência que tem sido dos últimos anos. Tem andado sempre nos 24, 19 e 24. Portanto, aqui também temos uma situação estável e confortável.-----

Do lado da estrutura da receita cobrada em 2024, nós apuramos um saldo de gerência de 16.900.000,00 €.-----

Do lado dos bens de investimento, nós temos 1.300.000,00 €. Aqui gostaria de dar nota que o valor que influenciou esta rubrica de venda de bens prende-se com a Zona Industrial e os 21 lotes que foram vendidos na sequência da expansão da Zona Industrial da Gala.-----

No que diz respeito à venda de bens e serviços correntes, 3.900.000,00 €. Transferências de Capital, 9.200.000,00 €. Nas transferências de Capital, convém aqui ressaltar que tem a ver com as transferências de competências e as transferências que são feitas pelo Estado Central. Rendimentos de propriedade, 2.500.000,00 €. Aqui temos as concessões da água, da E-Redes, e por aí fora. A nível de taxas e multas, 2.700.000,00 €.-----

Não queria também deixar de dar nota que nós, durante este mandato, tivemos aquilo



que se chama estabilidade e baixa fiscal. Ou seja, as taxas de Derrama e Imposto Municipal sobre Imóveis mantiveram-se estáveis.-----

A taxa de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares sofreu uma redução para 3,25%. Ou seja, o valor que o Município devolve aos nossos munícipes, com residência na Figueira da Foz, atingiu o valor de 1,75%.-----

A nível da Receita arrecadada dos impostos municipais, eu queria dar aqui nota de que no Imposto Municipal sobre Imóveis as taxas são as mesmas e, portanto, há uma estabilização na cobrança desta receita que anda à volta dos 13.300.000,00 € por comparação com 2019 cuja cobrança foi de 12.600.000,00 €.-----

A nível do Imposto Único de Circulação também há uma variação, mas também não é substancial. Por exemplo, em 2019, 1.600.000,00 € e em 2024, 1.900.000,00 €.-----

Uma coisa é certa, todos estes indicadores aumentaram!-----

Portanto, a Receita teve uma trajetória ascendente, o que, por um lado, também evidencia a boa dinâmica que, neste momento, existe no Concelho da Figueira da Foz ao nível das empresas, da restauração e da hotelaria.-----

Gostaria aqui de dar nota que nós no nosso estudo de viabilidade tínhamos uma previsão para a taxa turística de cerca de 400.000,00 € mil euros. Veio a reunião de Câmara, na altura da aprovação do Regulamento da Taxa Turística. E o valor que nós arrecadamos no ano de 2024 chegou aos 638.000,00 €, denotando a dinâmica que há na hotelaria, para a qual muito tem contribuído, tudo o que tem sido feito por este Executivo em termos de grandes eventos com atratividade para as pessoas que, cada vez mais, vêm aqui ao nosso Concelho.-----

A Derrama, é um imposto que é difícil de perceber porque tem a ver com o lucro tributável das empresas, isto é, as empresas com lucros tributáveis acima de 150.000,00 € têm uma taxa de derrama de 1,5% que reverte para o Município. Abaixo dos 150.000,00 € há isenção desta devolução ao Município. É uma receita volátil em que não se verifica uma tendência.-----

Podemos dizer que tivemos uma excelente cobrança em 2023 de cerca de 5.500.000,00 €, mas em 2024 a cobrança trouxe apenas 3.100.000,00 €, portanto, houve aqui uma perda de mais de 2.000.000,00 € de receita.-----

O Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis em números gerais, desde o início do mandato quase duplicou de valor. Em 2024 arrecadamos cerca de 8.000.000,00 € e no final de 2021 tínhamos 4.400.000,00 €. Esta receita quase que duplicou e acaba por compensar a perda que tivemos a nível da Derrama.-----

Em relação à despesa paga em 2024, eu vou dar nota apenas das principais rubricas.



Temos cerca de 1.000.000,00 €/2.000.000,00 € em termos de passivos financeiros. Os passivos financeiros são a amortização da dívida, de médio a longo prazo e leasings também.-----

Temos a aquisição de bens de capital que se situaram em 13.000.000,00 €, números redondos. Transferências em 5.400.000,00 €. Aqui temos todo o tipo de transferências feitas pelo Município para as Freguesias, Instituições Particulares de Solidariedade Social, etc.-----

Os juros do serviço da dívida, 641.000,00 € mil euros, a aquisição de bens e serviços 22.800.000,00 € e as despesas com pessoal que nos absorvem 20.500.000,00 €.-----

Ao nível das transferências para as Juntas de Freguesia, um tema que é muito discutido aqui, muitas vezes somos interpelados pelo facto de não irmos de encontro àquilo que nos é pedido, eu queria dizer que as transferências para as Juntas têm tido sempre uma evolução positiva.-----

Posso referir que no final de 2021 o valor transferido para as Juntas de Freguesia foi cerca de 1.100.000,00 € e no final de 2024 nós transferimos cerca de 1.200.000,00 €. Se recuarmos mais um pouco, temos em 2019, 697.000,00 € e em 2020, 841.000,00 €.-----

As transferências para as instituições sem fins lucrativos, também tiveram uma evolução ascendente. Nós, no total, fizemos transferências para instituições sem fins lucrativos em cerca de mais 1.000.000,00 € em relação ao mandato anterior.-

Do lado do Plano Plurianual de Investimentos, aquilo que foi executado ao longo deste exercício de 2024 e no final, foram cerca de 86,4%, também a taxa de execução mais alta de sempre, comparativamente com os mandatos anteriores.-----

O déficit tarifário dos Resíduos Sólidos Urbanos é uma questão que obviamente nos preocupa.-----

Como sabem, nós tivemos a Taxa de Gestão de Resíduos, que é aplicada quer pela Entidade Reguladora, quer pela ERSUC - Resíduos Sólidos do Centro, S.A., com aumentos brutais de 2022 para cá.-----

Penso que em 2020 andava à volta dos 22,00 € por tonelada e, neste momento, estamos a pagar 75,00 €. Isto tem um impacto grande nas Contas do Município e posso dar nota que a Câmara suportou um déficit tarifário de 2022 a 2024, de cerca de 4.200.000,00 €.-----

Quanto à capacidade de endividamento, queria dar nota que, no final de 2024, a capacidade de endividamento do Município situa-se nos 19.000.000,00 €, por



comparação com 2023 que era de 16.000.000,00 €, e 2022 com 6.500.000,00 €.-----

A nível de projetos financiados, candidatados e aprovados, nós temos cerca de mais de 70.000.000,00 € desde 2021 até a data atual. Até abril deste ano, temos candidatados quase 72.000.000,00 € de projetos.-----

Queria dizer também que, se aquilo que está comprometido à data que apresentamos o Relatório e Contas na reunião de Câmara, for materializado, nós chegaremos ao final de 2025 com quase 100.000.000,00 € de investimento para este mandato.-----

De longe, o maior nível de investimento de sempre da Câmara da Figueira.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada municipal Isabel Guerreiro Maia.

ISABEL GUERREIRO MAIA: “Depois desta exposição da Vice-Presidente, de facto, há muito pouco a dizer.-----

No entanto, este é um momento que constitui um verdadeiro orgulho para este Executivo e para todos os munícipes da Figueira da Foz.-----

Esta prestação de Contas do último exercício económico de 2024, traduzido neste Relatório de Prestação de Contas, evidencia a continuidade de uma excelente situação económico-financeira, com que este Executivo nos brindou desde o seu início, sempre em crescendo, e traduz a excelência da gestão executiva municipal, o rigor, a capacidade de tomar a decisão atempadamente.-----

Traduz, também, um bom planeamento e uma otimização dos recursos que está bem patente nos vários gráficos que podemos folhear no próprio Relatório, contribuindo assim, naturalmente, para um equilíbrio económico-financeiro inegavelmente positivo.-----

Responde, naturalmente, também aos diversos desafios de um mundo que, cada vez mais, nos mostra ser instável, incerto, inesperado, o que nem todos os municípios se podem gabar de poder corresponder desta forma.-----

E um dos exemplos, muito recente é, sem dúvida, o «Apagão», e fica aqui um aparte que me esqueci de referir na última intervenção, de dar os parabéns a toda a Proteção Civil e a todo o Município, da forma como corresponderam às dificuldades na passada segunda-feira.-----

Continuando, e muito sinteticamente, porque, de facto, não vou esmiuçar nem detalhar o Relatório em si, no entanto, há aqui alguns pontos que merecem ser evidenciados, naturalmente, para ficarem em ata.-----

Os resultados líquidos do exercício, que são amplamente positivos e de valorizar, cerca de 360.000,00 €, que continuam, como disse a Vice-Presidente, positivos desde o primeiro ano deste mandato e reforçam essa solidez financeira que este



executivo tão bem nos propôs fazer, aquando das suas propostas eleitorais.-----

Os resultados antes de depreciações e gastos de financiamento, cerca de 12.800.000,00 €, cerca de mais ou menos 400.000,00 € relativamente ao ano transato de 2023. O resultado operacional ascende a cerca de 995.333,00 €, o que, de facto, é um indicador excelente para este tipo de Município.-----

Os rácios e indicadores económico-financeiros, não os vou aqui detalhar, mas todos eles têm, naturalmente, um valor bastante positivo e, além disso, mais do que positivo, conseguem, cruzando-se entre si, validar nos seus intervalos e ratificar o tal e referido equilíbrio económico-financeiro.-----

Assim, de notar também que a Certificação Legal de Contas por um Auditor Externo Revisor Oficial de Contas, aqui presente, por acaso, e a qual saúdo e agradeço, comprova exatamente isso, também referindo, tal como a Vice-Presidente o fez, que não há qualquer reserva neste relatório em relação às contas auditadas e, portanto, estão, significativamente, os elementos deste Executivo de parabéns.-----

Por outro lado, a amortização da dívida de médio e longo prazo do Município, que é importante, reflete que, de facto, houve rigor, mas também houve uma preocupação com o futuro, com o comprometimento do nosso futuro, tendo sido amortizada, como também já foi dito, em cerca de 5.100.000,00€ ao longo deste mandato.-----

De notar também a maior taxa de execução da receita orçamental, mas também ao nível do investimento que, mais uma vez, é um sinal e um traço de rigor e de uma correta e rigorosa gestão orçamental, acompanhada com todos os outros traços da gestão que este Município, de facto, nos tem mostrado.-----

O prazo médio de pagamento, que tanto se falou no início deste mandato, já está, naturalmente, em 24 dias, muito abaixo do limiar legal, portanto, dos 60 dias, e isto é um ponto bastante importante, uma vez que nos dá aqui uma grande almofada financeira para podermos corresponder àqueles desequilíbrios possíveis, ou seja, àqueles incertezas que não podemos controlar a curto prazo, como sabemos.-----

Relativamente, ainda, aos impostos municipais, que foram amplamente desdobrados aqui pela Vice-Presidente, são na verdade indicadores de desenvolvimento e de crescimento, que também podemos, de alguma forma, retirar da triangulação destes números, uma vez que o Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis, sem dúvida, cobriu ou compensou o valor que diminuiu relativamente à Derrama.---

Isto denota que há aqui um crescimento e uma grande ativação da nossa economia local, uma vez que o Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis se tem colocado em números bastante superiores.-----



Relativamente às despesas, também, de uma forma geral, sem grande pormenor, quero destacar as despesas resultantes das transferências de competências, naturalmente aqui a Educação, a Saúde e a Ação Social, já há muito falado, e até mesmo nesta sessão, e que sabemos que o impacto do investimento tem sido bastante importante. Faço aqui alguns parênteses, também, para podermos referir que é bom comparar estes nossos números, estas transferências de competências do Estado Central, com o que está a ser feito a nível académico, do impacto e da cobertura efetiva por parte do Estado Central relativamente às despesas reais e que, de facto, ainda há aqui uma dose a cobrir.-----

Portanto, se com tudo isso e com essa pequenina parte a cobrir o Município consegue fazer uma política nestas três áreas que nos pode orgulhar, apresentando contas como as que vemos, de facto, isto reflete que a nossa tesouraria está mesmo de muito boa saúde e não tem aqui surpresas.-----

Referir também as transferências para as Juntas de Freguesia, que foi sempre aqui bastante discutido, foi a possível, foi a crescente, eu sei que todas elas quereriam mais e certamente lá chegaremos.-----

Portanto, não pretendendo ainda ser muito e por demais exaustiva, de notar e exaltar que no gráfico pode ver-se que a nível de fundos europeus nós estamos em segundo lugar no país, sendo o primeiro lugar o Porto, mas, de facto, conseguimos com a prata da casa fazer atempadamente todos os projetos com o nível de maturidade suficiente para recorrer a estes fundos. Conseguimos fazer aqui, eu diria, quase um autêntico milagre!-----

No entanto, eu gostaria de aproveitar ainda para deixar uma recomendação.-----

Quando temos uma gestão excelente, quando temos relatórios excelentes como os que presenciamos, temos sempre de pedir mais e permitam-nos que possamos fazer aqui uma recomendação de boas práticas.-----

Já que há esta capacidade toda, e vejam isto como um elogio, gostaria de ver que o próximo Orçamento e os próximos Relatórios de Contas fossem, de alguma forma, baseados nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável que, rapidamente, serão obrigatórios, e quanto mais cedo começarmos, melhor.-----

E lembrei-me disto a propósito de ter ocorrido o segundo Seminário Lusófono Municipal ontem. Convido-os a verem alguns excertos que estão no YouTube e que têm a presente Iniciativa Global das Cidades Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, da qual eu gostaria muito de ver a Figueira da Foz fazer parte.-----

De uma forma geral, um grande obrigado por parte dos Figueirenses que representamos



e é um orgulho, de facto, conseguir constatar e ler um Relatório como este.”----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada municipal Célia Silva Morais. -

CÉLIA SILVA MORAIS: “O grupo municipal do Partido Socialista abstém-se neste ponto. A prestação de contas é um exercício bem regrado e encontra-se certificada pela Revisão Oficial de Contas.-----

Os documentos refletem exclusivamente as opções de gestão do Município. A capacidade de investimento nesta Câmara, hoje não difere das demais.-----

Há um recurso significativo a financiamento externo, e bem, grande parte a 100%, que nos diz que o cenário hoje não é de todo compatível com o cenário de exercício de executivos anteriores. Não há termo de comparação.-----

A taxa de execução é equivalente ao período pré-Covid do anterior executivo e o prazo de pagamento a fornecedores é bom.-----

Seriam as nossas decisões? Não!-----

Diferem, por exemplo, naquilo que diz respeito ao suporte de qualidade na gestão corrente das Freguesias.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se o Presidente da Câmara ou mais algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à votação.-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista, Mafalda Reis Azevedo, José Fernando Correia, Isabel Guardão Tavares, Victor Santos Madaleno, António Marques Antunes, Ricardo Manuel Santos, Susana Oliveira Monteiro e Jorge Aniceto Santos, do Grupo de Cidadãos Eleitores Figueira a Primeira, Paulo Nisa Mariano, e do Partido Social Democrata, Adélia Ramos Batata e Gilberto Fajardo Oliveira, sob proposta da Câmara e ao abrigo das disposições combinadas do art.º 76.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, e alínea 1) do n.º 2 do art.º 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, ambas na sua última redação, deliberou, por maioria, com dezasseis votos a favor dos membros do Partido Socialista, José Duarte Pereira e Margarida Pinto Cunha, Grupo de Cidadãos Eleitores Figueira a Primeira, e do Partido Social Democrata, catorze abstenções dos restantes membros do Partido Socialista e dos membros da Coligação Democrática Unitária e do Bloco de Esquerda, e sem votos contra:-----

1 - Aprovar os documentos de Prestação de Contas do Município da Figueira da Foz relativos ao ano de 2024, bem como, o Inventário do Património Municipal relativamente aos bens que integram a Classe 4 - Investimentos, elaborados nos termos definidos no SNC-AP (Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro), que



aprovou o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), que faz parte integrante do mesmo processo; -----

2 - Aprovar a aplicação do Resultado Líquido do Exercício (RLE), no valor de 369.665,28 € (trezentos e sessenta e nove mil seiscentos e sessenta e cinco euros e vinte oito cêntimos), da seguinte forma: «Transferir para Resultados Transitados». -----

Deliberação aprovada em minuta. -----

5.6 - ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL DE 2025

Pelo Presidente da Câmara foi proposta uma alteração ao Mapa de Pessoal de 2025, nele se criando um posto de trabalho de Técnico Superior com funções de Segurança no Trabalho em regime de Contrato de Trabalho em Funções Públicas por tempo indeterminado; cinco postos de trabalho de Assistente Operacional com funções de Animação Socioeducativa em regime de Contrato de Trabalho em Funções Públicas a termo certo; um posto de trabalho de Técnico Superior com funções na Divisão de Biblioteca e Arquivo, e um posto de trabalho de Assistente Técnico com funções no Centro de Artes e Espectáculos, em regime de Contrato de Trabalho em Funções Públicas a termo resolutivo, documento que aqui se dá por integralmente reproduzido, constituindo o anexo número dois à presente ata. -----

Esta proposta foi votada favoravelmente em sede de reunião de Câmara de 23 de abril de 2025. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada municipal Maria Adelaide Gonçalves. -----

MARIA ADELAIDE GONÇALVES: "Irei falar sobre uma questão já aqui levantada anteriormente. -----

Tem a ver com as pessoas que trabalham na limpeza, que têm muitas folgas atrasadas, cujos horários estão desregulados e com imensas alterações à última da hora. ----

Penso não ser só uma questão de organização, é uma questão de falta de pessoas para conseguir organizar o serviço como deve ser. -----

Sei que existem conversações com entidades, com sindicatos, e espero que consigam resolver este problema rapidamente. -----

Embora não tenha relação direta com este Mapa de Pessoal, eu quero chamar aqui a atenção para as trabalhadoras que estão contratadas para os serviços dos Correios de Portugal na sequência da desagregação das Freguesias. Portanto, podem estar em causa postos de trabalho e a Coligação Democrática Unitária, naturalmente, vai estar atenta. -----



Outra questão que gostaria de levantar prende-se com um outro ponto mais à frente, agendado para conhecimento - a Listagem dos Compromissos - tem a ver com a fiscalização da Escola Secundária Dr. Bernardino Machado.-----

Eu penso ser absolutamente necessário que a Divisão de Empreitadas e Obras tenha mais fiscais, mais pessoas qualificadas para poderem fazer a fiscalização das obras.-----

Tendo a Câmara tantas obras em curso, e mais vão ser no futuro, fazia todo o sentido alargar para além daqueles dois que estão propostos. Deveria ser mais, porque a fiscalização da Escola Secundária Dr. Bernardino Machado, segundo diz o documento, custa 158.000,00 €. É muito dinheiro!!!-----

E é esse o alerta e a proposta que faço: que para as obras e empreitadas não se proponham apenas dois fiscais, mas que haja uma abertura para mais profissionais a entrar nessa área."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se o Presidente da Câmara ou mais algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à votação.-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista, Mafalda Reis Azevedo, José Fernando Correia, Isabel Guardão Tavares, Victor Santos Madaleno, António Marques Antunes, Susana Oliveira Monteiro e Jorge Aniceto Santos, do Grupo de Cidadãos Eleitores Figueira a Primeira, Paulo Nisa Mariano e José Borges Ligeiro, e do Partido Social Democrata, Adélia Ramos Batata e Gilberto Fajardo Oliveira, sob proposta da Câmara e ao abrigo das disposições combinadas dos n.ºs 1, 2 e 4 do art.º 29.º do anexo da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, e da alínea o) do n.º 1 do art.º 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, ambas na sua última redação, deliberou, por maioria, com vinte e nove votos a favor dos membros do Partido Socialista, Grupo de Cidadãos Eleitores Figueira a Primeira, Partido Social Democrata, e do Bloco de Esquerda, uma abstenção do membro da Coligação Democrática Unitária, e sem votos contra, aprovar a segunda alteração ao Mapa de Pessoal da Câmara Municipal da Figueira da Foz do ano de 2025, nele se criando um posto de trabalho de Técnico Superior com funções de Segurança no Trabalho em regime de Contrato de Trabalho em Funções Públicas por tempo indeterminado; cinco postos de trabalho de Assistente Operacional com funções de Animação Socioeducativa em regime de Contrato de Trabalho em Funções Públicas a termo certo; um posto de trabalho de Técnico Superior com funções na Divisão de Biblioteca e Arquivo, e um posto de trabalho de Assistente Técnico com funções no



Centro de Artes e Espectáculos, em regime de Contrato de Trabalho em Funções Públicas a termo resolutivo.-----

Deliberação aprovada em minuta.-----

5.7 - 9.ª ALTERAÇÃO À 1.ª REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DA FIGUEIRA DA FOZ

Pelo Presidente da Câmara foi presente o processo relativo à 9.ª Alteração à 1.ª Revisão do Plano Diretor Municipal da Figueira da Foz, documento que aqui se dá por integralmente reproduzido, constituindo os anexos números três, quatro e cinco à presente ata.-----

Quando foi aberto este procedimento, que tinha a designação da 8.ª alteração ao Plano Diretor Municipal, houve um outro procedimento simplificado, que foi esta questão da área industrial da Ferrugenta, em que nós o denominamos como 1.º Procedimento Simplificado de Classificação dos Solos.-----

No entanto, o Sistema Nacional de Informação Territorial, quando houve a publicação após a aprovação em 27 de setembro de 2024 na Assembleia Municipal, designou-o como a 8.ª Alteração Simplificada do Plano Diretor Municipal. Por esse motivo, todas as alterações que já estavam a decorrer, que era esta a 8.ª e a 9.ª Alteração, tiveram de se passar sequencialmente a designar o número a seguir, 9.ª e 10.ª.-- Acresce, ainda, que todo este processo foi precedido de consulta pública nos termos e para os efeitos dos n.ºs 1 e 2 do art.º 89.º do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, na sua redação atual, tendo sido recebidas oitenta e seis participações, das quais cinquenta e seis não foram acolhidas, treze parcialmente acolhidas e onze acolhidas.-----

Este processo foi votado favoravelmente em sede de reunião de Câmara de 23 de abril de 2025.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada municipal Maria Adelaide Gonçalves.-----

MARIA ADELAIDE GONÇALVES: "Relativamente a este ponto, gostaria de dizer que esta 9.ª Alteração foi a reunião de Câmara no dia 23 de janeiro e foi aprovada como 8.ª Alteração, estando aqui explicado porque é que ela é a 9.ª. Hoje não vem aqui como 8.ª Alteração, mas como 9.ª.-----

E diz aqui que tem a ver com a dinâmica do Plano Diretor Municipal. E eu gostaria de saber o que está nessa 8.ª Alteração ao Plano Diretor Municipal da Figueira da Foz.-----

Portanto, não discuto que seja possível fazer isto. Não sei se é possível. Se foi



feita é porque é possível. Mas, já que essa 8.ª Alteração, em virtude dos procedimentos da dinâmica de que o Plano Diretor Municipal foi alvo, passou a designar-se 9.ª Alteração, então, o que é que efetivamente está na 8.ª Alteração ao Plano Diretor Municipal da Figueira da Foz?-----

Por outro lado, está em discussão a questão do processo do Programa de Orla Costeira Ovar - Marinha Grande. Não seria lógico, já que faltam dois dias para terminar essa discussão, e claro que depois tem de haver um relatório, esperar por essa alteração para fazer a 9.ª Alteração ao Plano Diretor Municipal da Figueira da Foz?-----

Pode não fazer sentido o que eu estou a dizer. Admito! Mas pronto, deixo aqui.”-

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: “Nós temos, neste momento, cerca de 18 hectares e este investidor externo, que é de um setor com elevado valor acrescentado e trabalha para grandes players tecnológicos no mundo, criará logo no início 300 postos de trabalho.-----

Mas ele quer adquirir a Zona Industrial toda. Se fôssemos fazer lote a lote, podia acontecer que aparecesse um privado qualquer a fazer uma oferta para um lote, imagine muito alta (temos casos de graças semelhantes no Concelho), e que, de repente, desequilibrasse o plano de investimento todo desta unidade económica que aí vem.-----

Portanto, eu falei com a Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro e expus-lhe a situação. Não faz sentido o Município ser penalizado por vir um grande investimento para o Concelho, ou seja, os fundos europeus dizerem não ao financiamento pelo facto de o investimento ser muito grande e o investidor querer comprar tudo.-----

Posso dizer que nós fomos a tal ponto que tomámos a orientação, se não fosse aberta esta possibilidade, nós, com grande sacrifício, preferíamos prescindir dos fundos europeus.-----

Porque o que não queremos de todo é pôr em causa este investimento por aquilo que ele significa para o Concelho, o que representa em termos de inovação, de investigação e de enriquecimento estratégico do Município. Isso é que não!-----

Está sendo tratado há cerca de um ano, também com as entidades nacionais, e eles estiveram a estudar as várias hipóteses que tinham e decidiram-se, aqui há uns meses, pela Figueira da Foz. Neste momento, não consentem ainda que seja divulgado o nome por causa dos financiamentos e candidaturas, mas esperamos muito em breve



poder fazê-lo.-----

E, portanto, junta-se esta Zona Industrial do Pincho, e o investidor já viu o que foi feito, os arruamentos, agora vamos avançar com as infraestruturas, mas rapidamente se esgota, felizmente.-----

Estamos a trabalhar já numa Zona Industrial no Paião e Marinha das Ondas, além desta da Ferrugenta, mas esta da Ferrugenta é mais pequena, o Paião e Marinha das Ondas será muito importante. Precisávamos de mais."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Chefe de Divisão de Planeamento, Eng.º João Martins, com a prévia anuência do Presidente da Câmara.-----

JOÃO MARTINS: "Quando foi aberto este procedimento, que tinha a designação da 8.ª alteração ao Plano Diretor Municipal, houve um outro procedimento simplificado, que foi esta questão da área industrial da Ferrugenta, em que nós o denominamos como 1.º Procedimento Simplificado de Classificação dos Solos.-----

No entanto, o Sistema Nacional de Informação Territorial, quando houve a publicação após a aprovação em 27 de setembro de 2024 na Assembleia Municipal, designou-o como a 8.ª Alteração Simplificada do Plano Diretor Municipal. Por esse motivo, todas as alterações que já estavam a decorrer, que era esta a 8.ª e a 9.ª Alteração, tiveram de se passar sequencialmente a designar o número a seguir, 9.ª e 10.ª.-- É só por esse motivo, mais nenhum!-----

Relativamente, já agora, à questão do Programa de Orla Costeira, que também referiu. Ele está em discussão pública, mas o objeto da alteração é única e exclusivamente sobre a gestão das praias, e por isso não tem transposição para o Plano Diretor Municipal. Por esse motivo não havia aqui essa necessidade de aguardarmos pela alteração.-----

Muitas das nossas questões foram acolhidas, nomeadamente em termos até de áreas dos apoios de praia completos, a praia da Costinha em Bom Sucesso voltar a ser uma praia referenciada, entre outras situações, mas sim, tivemos muitas das nossas propostas que foram elencadas.-----

Porém, como já disse, não tem uma transposição para o Plano Diretor Municipal, porque o Programa de Orla Costeira está dividido em duas partes, uma é a gestão das praias e a outra é o modelo territorial. Se fosse sobre o modelo territorial, sim, isso podia ser transposto para o Plano Diretor Municipal.-----

Neste caso não, tem um Regulamento Administrativo próprio e específico, e que não é integrado no Plano Diretor Municipal."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se o Presidente da Câmara ou mais algum deputado



municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à votação.-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista, Mafalda Reis Azevedo, José Fernando Correia, Isabel Guardão Tavares, Victor Santos Madaleno, António Marques Antunes e Jorge Aniceto Santos, do Grupo de Cidadãos Eleitores Figueira a Primeira, Paulo Nisa Mariano, e do Partido Social Democrata, Adélia Ramos Batata e Gilberto Fajardo Oliveira, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 1 do art.º 90.º do RJIGT – Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, na sua última redação), aplicável por via do disposto no n.º 1 do art.º 119.º do mesmo regime, deliberou, por unanimidade, aprovar a 9.ª alteração à 1.ª revisão do Plano Diretor Municipal da Figueira da Foz.-----

Deliberação aprovada em minuta.-----

5.8 – LISTAGEM DOS COMPROMISSOS PLURIANUAIS ASSUMIDOS AO ABRIGO DAS AUTORIZAÇÕES PRÉVIAS GENÉRICAS CONCEDIDAS PELA ASSEMBLEIA MUNICIPAL EM 22 DE DEZEMBRO DE 2023 E 20 DE DEZEMBRO DE 2024 – PARA CONHECIMENTO

Pela Divisão de Contratação Pública, foi presente uma informação datada de 02 de abril de 2025, anexando a lista dos contratos celebrados ao abrigo das autorizações prévias genéricas favoráveis à assunção de compromissos plurianuais, concedidas pelas deliberações da Assembleia Municipal de 22 de dezembro de 2023 e 20 de dezembro de 2024, documento que aqui se dá por integralmente reproduzido constituindo o anexo número seis à presente ata.-----

Este processo foi presente para conhecimento à reunião de Câmara de 09 de abril de 2025.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se o Presidente da Câmara ou algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato ao ponto seguinte.-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista, Mafalda Reis Azevedo, José Fernando Correia, Isabel Guardão Tavares, Victor Santos Madaleno, António Marques Antunes e Jorge Aniceto Santos, do Grupo de Cidadãos Eleitores Figueira a Primeira, Paulo Nisa Mariano, e do Partido Social Democrata, Adélia Ramos Batata e Gilberto Fajardo Oliveira, ao abrigo das disposições emergentes da Lei 8/2012, de 21 de fevereiro, e do art.º 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, ambos na sua última redação, tomou conhecimento dos



contratos assumidos pelo Município da Figueira da Foz na abrangência das autorizações prévias genéricas favoráveis à assunção de compromissos plurianuais, concedidas pelas deliberações da Assembleia Municipal de 22 de dezembro de 2023 e 20 de dezembro de 2024.-----

5.9 - PLANO DE PREVENÇÃO DE RISCOS DE GESTÃO, INCLUINDO OS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS - RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DO ANO DE 2024 - PARA CONHECIMENTO

Pelo Presidente da Câmara foi presente o Relatório de Avaliação do ano de 2024 do Plano de Prevenção de Riscos de Gestão, incluindo os de Corrupção e Infrações Conexas, elaborado em cumprimento das disposições emergentes do Decreto-Lei n.º 109-E/2021, de 09 de dezembro, na sua redação atual, que aprova o Regime Geral da Prevenção da Corrupção, documento que aqui se dá por integralmente reproduzido, constituindo o anexo número sete à presente ata.-----

Este Relatório foi votado favoravelmente em sede de reunião de Câmara de 23 de abril de 2025.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se o Presidente da Câmara ou algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à aprovação da ata em minuta.-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista, Mafalda Reis Azevedo, José Fernando Correia, Isabel Guardão Tavares, Victor Santos Madaleno, António Marques Antunes e Jorge Aniceto Santos, do Grupo de Cidadãos Eleitores Figueira a Primeira, Paulo Nisa Mariano, e do Partido Social Democrata, Adélia Ramos Batata e Gilberto Fajardo Oliveira, sob proposta da Câmara, tomou conhecimento do Relatório de Avaliação do ano de 2024 do Plano de Prevenção de Riscos de Gestão, incluindo os de Corrupção e Infrações Conexas.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA: "Concluída a nossa Ordem de Trabalhos, colocava à votação a aprovação desta ata em minuta."-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista, Mafalda Reis Azevedo, José Fernando Correia, Isabel Guardão Tavares, Victor Santos Madaleno, António Marques Antunes e Jorge Aniceto Santos, do Grupo de Cidadãos Eleitores Figueira a Primeira, Paulo Nisa Mariano, e do Partido Social Democrata, Adélia Ramos Batata e Gilberto Fajardo Oliveira, deliberou, por unanimidade, aprovar esta ata em minuta.-----

E não havendo mais assuntos a tratar, foi pelo Presidente da Assembleia Municipal declarada encerrada a sessão eram dezoito horas e trinta minutos, da qual, para



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ata nº 4 da Sessão Ordinária de 30-04-2025

constar, se lavrou a presente ata, que será previamente distribuída a todos os membros da Assembleia Municipal para posterior aprovação e que vai ser assinada pelo Presidente e pelo Secretário, nos termos da Lei.-----